
CÂMARA DOS DEPUTADOS

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

2022

Câmara dos Deputados
57ª Legislatura | 2023-2027

Presidente
Arthur Lira

1º Vice-Presidente
Marcos Pereira

2º Vice-Presidente
Sóstenes Cavalcante

1º Secretário
Luciano Bivar

2ª Secretária
Maria do Rosário

3º Secretário
Júlio Cesar

4º Secretário
Lucio Mosquini

Suplentes de secretários

1º Suplente
Gilberto Nascimento

2º Suplente
Pompeo de Mattos

3º Suplente
Beto Pereira

4º Suplente
André Ferreira

Secretário-Geral da Mesa
Ruthier de Sousa Silva

Diretor-Geral
Celso de Barros Correia Neto





Arquivo da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022



edições câmara

Câmara dos Deputados

Diretoria-Geral Celso de Barros Correia Neto

Assessoria de Projetos e Gestão Lucas Ribeiro Almeida Júnior

Diretoria Legislativa Luciana da Silva Teixeira

Centro de Documentação e Informação João Luiz Pereira Marciano

Coordenação Edições Câmara Ana Lúgia Mendes

Coordenação de conteúdo Cynthia Sims

Preparação de originais Seção de Revisão/Coedi

Revisão de provas Danielle Ribeiro

Projeto gráfico Vinicius Chozo Inoue

Infográficos Karla Luz, Pablo Alejandro e Thiago Fagundes

Diagramação Patrícia Weiss

2023. Linha Institucional.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRB1: 2109

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados.

Relatório de gestão 2022 [recurso eletrônico] / Câmara dos Deputados – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023.

Versão E-book.

Modo de acesso:

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, relatório, 2022. I. Título.

CDU 342.532(81)(047)

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Térreo

Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5833

Livraria.camara.leg.br



SUMÁRIO

1 Mensagem do presidente da Câmara dos Deputados			
2 A Câmara dos Deputados			
2.1 Atividades das áreas legislativas			
2.2 Produção legislativa			
2.3 Outras ações			
3 Governança e gestão na Câmara dos Deputados			
3.1 Relação entre a estrutura organizacional e a atividade legislativa			
3.1.1 Estrutura organizacional e de processos de trabalho			
3.1.2 Arquitetura de processos			
3.2 Estrutura de governança			
3.2.1 Governança organizacional na Câmara dos Deputados			
3.2.2 Reuniões de Acompanhamento da Gestão (RAGs)			
3.3 Materialidade das informações			
4 Planejamento estratégico – missão, visão e valores			
4.1 Planejamento de longo prazo			
4.2 Planejamento estratégico do biênio 2021-2022			
4.3 Resultados estratégicos			
4.4 Gestão de riscos e controles internos			
4.5 Principais ações de controle e correição			
4.5.1 Auditoria interna			
4.5.2 Correição			
4.5.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário			
5 Resultados por área da gestão			
5.1 Gestão orçamentária e financeira			
5.1.1 Perfil do gasto			
5.1.2 Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa			
5.1.3 Despesas por grupo e elemento de despesa			
5.1.4 Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações			
5.1.5 Discussão do desempenho atual x desempenho orçado			
5.1.6 Principais desafios e perspectivas			
5.2 Gestão de pessoas			
5.2.1 Avaliação da força de trabalho			
5.2.2 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas			
5.2.3 Ações realizadas em 2022			
5.2.4 Saúde			
5.2.5 Principais desafios e perspectivas			
5.3 Gestão de licitações e contratos			
5.3.1 Panorama das aquisições realizadas em 2022			
5.3.2 Contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra			
5.4 Gestão do Patrimônio			
5.4.1 Imóveis da União sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados			
5.4.2 Desfazimento de bens			
5.5 Gestão de infraestrutura e edificações			
5.5.1 Preservação e conservação do patrimônio edificado			
5.5.2 Segurança das pessoas e do patrimônio edificado			
5.5.3 Cessão de espaço físico em imóvel da União			
5.6 Gestão da tecnologia da informação			
5.6.1 Modelo de governança de TIC			
5.6.2 Estratégia Digital 2021-2024			
5.6.3 Investimentos e custeio			
5.6.4 Principais iniciativas e resultados de TIC			
5.6.5 Principais desafios e perspectivas			
6 Acessibilidade e Sustentabilidade			
6.1 Acessibilidade			
6.1.1 Servidores com deficiência na Câmara dos Deputados			
6.1.2 Principais desafios e perspectivas			
6.2 Sustentabilidade			
6.2.1 Redução no consumo			
6.2.2 Rede Legislativo Sustentável			
6.2.3 Principais desafios e perspectivas			
7 Participação, interação e divulgação legislativa			
7.1 Comunicação e interação com a sociedade			
7.2 Educação para a cidadania			
7.3 Transparência e relacionamento com o cidadão			
7.3.1 Gestão do relacionamento			
8 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis			
8.1 Principais dados extraídos das demonstrações contábeis			
8.1.1 Balanço patrimonial			
8.1.2 Balanço orçamentário			
8.1.3 Demonstração das variações patrimoniais			
8.1.4 Balanço financeiro			
8.1.5 Demonstração dos fluxos de caixa			
9 Anexos e apêndices			
9.1 Declaração de integridade do relato integrado			



1 MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados apresenta seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2022, em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, previsto no art. 70 da Constituição Federal. O documento reúne uma síntese dos principais resultados de gestão e das ações empreendidas pelas unidades de apoio técnico-legislativo e técnico-administrativo da Casa, em suporte à missão institucional.

O ano de 2022 foi desafiador para os Deputados e servidores da Câmara dos Deputados. Nos primeiros meses, em função da pandemia de Covid-19, grande parte dos trabalhos ainda eram realizados remotamente. No início do segundo trimestre, no entanto, houve a retomada integral do trabalho presencial. Nesse cenário de intensas mudanças, a instituição foi capaz de se adaptar com rapidez e eficiência, para seguir entregando ao país os valores democráticos que competem a um parlamento: ouvir a sociedade, proporcionar o diálogo construtivo, fiscalizar a aplicação de recursos públicos e garantir estabilidade política a partir da elaboração e aprovação de atos normativos.

Para o desempenho da missão institucional, foram realizadas 182 sessões

plenárias e 6.613 reuniões e eventos em comissões permanentes e temporárias. Os números expressivos refletem o engajamento de todo o corpo político e administrativo.

Em apoio à realização das tarefas legislativas, a Câmara dos Deputados deu continuidade à intensa modernização de procedimentos e atividades, amplamente impulsionada desde o início do trabalho remoto. Concluíram-se, de forma exitosa, projetos que tinham como objetivo tornar mais eficientes os serviços voltados ao processo legislativo e à atividade parlamentar. A título de exemplo, com a plataforma de serviços *Gabinete Digital 2.0* aprimorou-se a divulgação do mandato parlamentar, a interação com os cidadãos e a automação de serviços de apoio aos gabinetes. De modo similar, o projeto *Liderança Digital* passou a contar com novas funcionalidades relativas a vetos, sessões do Congresso Nacional e notificações automáticas, facilitando a atuação de líderes, vice-líderes e seus assessores. O aplicativo *Infoleg* recebeu, igualmente, melhorias, com a inclusão da gestão de assinaturas em documentos relativos à elaboração de leis.

No tocante ao relacionamento com a população, os canais *0800* e *Fale Conosco*

totalizaram 54.447 atendimentos. E em consonância com a dinâmica contemporânea, as redes sociais da Câmara dos Deputados cresceram, ampliando a interação do cidadão com a Casa e com os parlamentares, e facilitando a disseminação de notícias sobre a atuação legislativa. Somados, os seguidores nas diferentes plataformas chegaram a 2,8 milhões.

Esses são apenas alguns dos muitos dados escolhidos para constar neste Relatório de Gestão, cuja análise pode ser enriquecida com as informações disponíveis nos *links* contidos ao longo do texto e no portal da Câmara dos Deputados.

Como presidente da Câmara dos Deputados, declaro que as informações deste Relatório de Gestão são íntegras, conforme atesta o Comitê de Gestão Estratégica na Declaração de Integridade do Relatório Integrado.

Arthur Lira
Presidente

2

**A CÂMARA DOS
DEPUTADOS**



A Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada estado da federação e no Distrito Federal, para exercer mandato durante uma legislatura, com duração de quatro anos. As competências desta Casa legislativa, estabelecidas na [Constituição Federal](#), abrangem três funções primordiais: representar o povo brasileiro (art. 45), elaborar proposições legislativas (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (arts. 49 a 51 e 70).

□ 2.1 ATIVIDADES DAS ÁREAS LEGISLATIVAS

Os deputados são eleitos para mandato de quatro anos, com atribuições de representar o povo brasileiro, propor e votar leis, discutir e votar o orçamento da União, e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Além de manter toda a infraestrutura necessária para que os deputados possam realizar suas atribuições constitucionais, a Câmara dos Deputados oferece também diversos serviços de informação e de interação com a sociedade, com o objetivo de compreender melhor as necessidades da população e dar voz para os diversos segmentos sociais.

No início de 2022, o Plenário e as comissões parlamentares funcionaram de forma semipresencial e, no decorrer do ano, as sessões do Plenário e as

reuniões das comissões passaram a ser realizadas de forma presencial e semipresencial. Em boa parte do ano, as comissões realizaram audiências públicas remotas ou semipresenciais, com o uso de sistemas de videoconferência.

O retorno de público externo às dependências da Câmara dos Deputados para acompanhar as sessões do Plenário e as reuniões das comissões ocorreu de forma gradativa.

Após a regulamentação do processo legislativo digital em 2021, as proposições legislativas passaram a ser apresentadas em formato eletrônico, com a aposição de assinaturas dos Deputados realizadas de forma biométrica, por meio de computador ou de aplicativo instalado



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

no telefone celular. A implementação do sistema Processo Legislativo Digital (PLD) promoveu a melhora da integridade de documentos digitais para guarda permanente, além de contribuir para a [pesquisa no acervo documental legislativo](#) pelo cidadão.

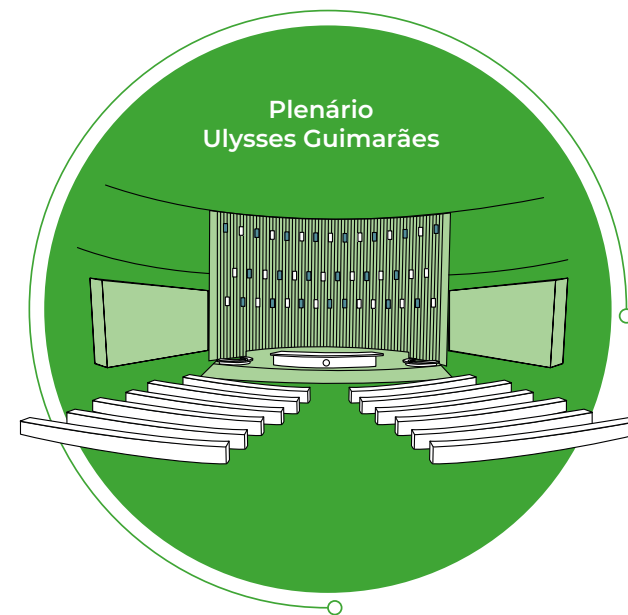
Foram realizados melhoramentos na acessibilidade para pessoas com defi-

ciência participantes das reuniões das comissões e demais eventos nos plenários do Anexo II, com instalação de tecnologia assistiva de aro magnético, para usuários de aparelhos auditivos ou com implante coclear, em 12 plenários. Houve também um projeto piloto para transmissão remota da voz do intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e de sua imagem em tela cheia.

2.2 PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Em 2022, a Câmara dos Deputados realizou 182 sessões no Plenário Ulysses Guimarães, conforme figura 1:

Plenário Ulysses Guimarães



182 sessões⁽¹⁾

- 107** sessões deliberativas extraordinárias
- 2** comissões gerais
- 73** sessões não deliberativas solenes

Fonte: Estatísticas Legislativas 2022

(1) Como o Sistema de Deliberação Remota (SDR) está em funcionamento desde 2021, em 2022 não houve sessões deliberativas ordinárias nem sessões de debates.

A atividade legislativa no Plenário resultou na apreciação das seguintes proposições:

Produção legislativa no Plenário Ulysses Guimarães em 2022



Proposições

Total

Medida Provisória	54
Mensagem	1
Objeto de Deliberação	3
Projeto de Decreto Legislativo	39
Proposta de Emenda à Constituição - 1º turno	15
Proposta de Emenda à Constituição - 2º turno	15
Projeto de Lei	101
Projeto de Lei Complementar	8
Projeto de Resolução	8
Emendas/Substitutivo do Senado Federal	31
TOTAL	275

Fonte: Estatísticas Legislativas 2022

Os deputados desenvolvem sua atuação parlamentar de maneira individual e por meio de diversos órgãos parlamentares. Nas [comissões permanentes](#) e nas [comissões temporárias](#), os parlamentares discutem e votam propostas legislativas, rea-

lizam audiências públicas com participação de representantes da sociedade e realizam atividades fiscalizatórias, entre outras atribuições.

No âmbito das comissões, 488 propostas foram apreciadas de forma conclusi-

va, ou seja, sem necessidade de avaliação pelo Plenário. As comissões promoveram 5.408 reuniões, além de outros 1.205 eventos como seminários, conferências, painéis, palestras, diligências, visitas técnicas etc.

Produção legislativa nas comissões em 2022



488 proposições apreciadas em caráter conclusivo ⁽¹⁾

5.408 reuniões

4.224 reuniões das comissões permanentes (78% do total)

614 reuniões de comissões especiais

276 reuniões de comissões externas

87 reuniões de comissões parlamentares de inquérito

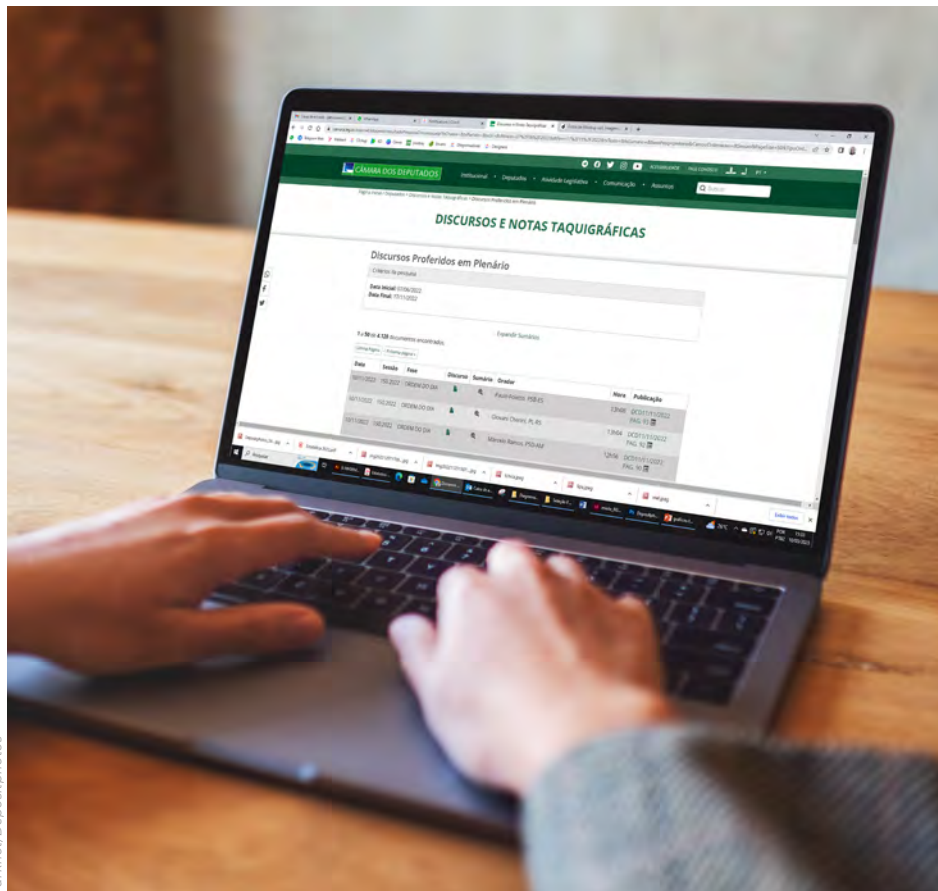
207 reuniões de grupos de trabalho

(1) Sem necessidade de avaliação pelo Plenário

Fonte: Estatísticas Legislativas 2022

A relação completa de propostas apreciadas pela Câmara dos Deputados pode ser acessada na página de [Estatísticas Legislativas](#).

Toda a produção legislativa da Câmara dos Deputados é preservada e está [disponível para consulta](#). O teor dos discursos parlamentares pode ser pesquisado em texto no [Banco de Discursos](#).



2.3 OUTRAS AÇÕES

Na Câmara dos Deputados, diversas unidades administrativas assessoram os parlamentares com atendimentos, estudos, elaboração de minutas de documentos e de discursos e registro audiovisual e taquigráfico da atividade parlamentar. A figura 4, a seguir, apresenta a produção das equipes de assessoramento legislativo em 2022.

Assessoramento legislativo em 2022



9.827	minutas de proposições
3.214	estudos e consultas
440	minutas de discursos parlamentares
2.415	atendimentos presenciais ou remotos aos colegiados parlamentares (Plenário, comissões, lideranças e gabinetes)
661	horas de registro oficial de sessões do Plenário (correspondentes a 132 sessões)
1.767	horas de registro oficial de reuniões em comissões, audiências públicas e eventos legislativos (correspondentes a 865 reuniões e eventos)
13.959	discursos de plenário com registro oficial, resumo e indexação
2.270	reuniões de comissões e eventos legislativos com registro oficial, resumo e indexação

Fonte: elaboração própria

Em 2022, 68 [estudos e notas técnicas e descritivas](#) foram publicados. São fontes de pesquisas para os gabinetes parlamentares, para as lideranças parlamentares e para a sociedade. Alguns desses estudos subsidiaram a elaboração de páginas específicas para os temas: [novas regras eleitorais com adoção das federações partidárias, quociente eleitoral, correção da tabela do Imposto de Renda, conflito russo-ucraniano, sistema semipresidencialista](#), e dificuldade de [regulamentação da Internet das Coisas](#).

Foi realizado ainda assessoramento para realização dos estudos: [Tecnologias na Educação: Construção de Políticas Públicas e Modelo de Atenção Primária à Saúde no Brasil](#). Destaca-se também a realização de eventos sobre temas relevantes para o Parlamento,

como a conferência [A Democracia Contínua: Conversas com Dominique Rousseau](#), que contou com a participação do renomado constitucionalista francês e de parlamentares e acadêmicos.

Em 2022, teve continuidade o assessoramento ao Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal, resultado de parceria entre o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados. Foram promovidas audiências públicas sobre os temas e publicados 24 [relatórios técnicos, infográficos e reportagens](#).

A fim de contribuir para o processo legislativo e prover com informação a Câmara dos Deputados e a sociedade, a Edições Câmara lançou 23 títulos,





com destaque para as publicações [170 termos para entender eleições](#) e [Entenda o Orçamento](#). Foram publicadas, também, duas edições da *Agenda Brasileira*, periódico semestral que reúne estudos de consultores legislativos sob diferentes perspectivas a respeito de temas relevantes. A primeira edição da *Agenda Brasileira* de 2022 tratou da [Primeira infância](#) e a segunda edição, do tema [Eleições](#). Em 2022, também foi disponibilizada versão digital dos documentos do [Congresso Nacional Constituinte de 1890-1891](#).

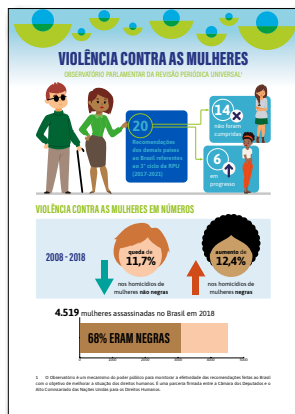
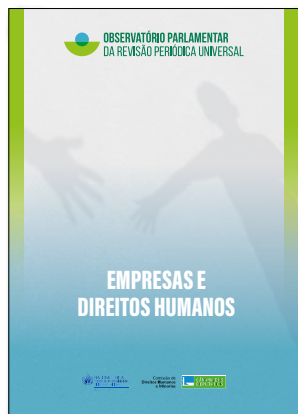
Com relação à transparência orçamentária, as diversas [bases de dados](#) disponíveis no portal da Câmara dos Deputados também permitem que os interessados obtenham informações do orçamento.

Em complemento a essas bases, foi introduzido em 2022 o [Raio X do Orçamento](#) com evolução bimestral, que permite o acompanhamento dos principais dados fiscais e orçamentários.

Ainda em 2022, foi disponibilizado o Sistema de Indicação Orçamentária (Sindorc), com função de gerenciar a indicação da alocação dos recursos das emendas de relator-geral (RP9).

Veja também:

-  Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
-  Centro de Estudos e Debates Estratégicos
-  Procuradoria Parlamentar
-  Corregedoria Parlamentar





3

GOVERNANÇA E GESTÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

□ 3.1 RELAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E A ATIVIDADE LEGISLATIVA

3.1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE PROCESSOS DE TRABALHO

A estrutura organizacional da Câmara dos Deputados reflete suas funções primordiais e busca garantir a realização da atividade legislativa com a qualidade, a celeridade, a confiabilidade e a transparência necessárias ao fortalecimento da democracia no país.

As funções constitucionais da Câmara dos Deputados são exercidas exclusivamente pelos deputados federais, individualmente e em órgãos colegiados, segundo organização legislativa própria que inclui o Plenário, a Mesa Diretora, as comissões permanentes e temporárias e o Colégio de Líderes, entre outros.

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados dirige os trabalhos legislativos e administrativos da instituição. Compõe-se da Presidência, duas vice-presidências, quatro secretarias, quatro suplências e órgãos auxiliares. Seus titulares são eleitos, entre os deputados, para mandato de dois anos. O primeiro-secretário é o superintendente dos serviços administrativos, responsável por monitorar se as diretrizes da Mesa estão sendo observadas, direcionando a gestão. A competência dos membros da Mesa foi fixada no [Ato da Mesa n. 95/2013](#) e sua [composição](#) ao final de 2022 era a seguinte:

De forma diversa do que ocorre no Poder Executivo, as decisões legislativas

Composição da Mesa Diretora (dezembro de 2022)



Presidente
Arthur Lira
(PP-AL)



1º Vice-Presidente
Lincoln Portela
(PL-MG)



2º Vice-Presidente
André de Paula
(PSD-PE)



1º Secretário
Luciano Bivar
(UNIÃO-PE)



2º Secretário
Odair Cunha
(PT-MG)



3ª Secretária
Geovania de Sá
(PSDB-SC)



4ª Secretária
Rosângela Gomes
(REPUBLICANOS-RJ)



1º Suplente
Eduardo Bismarck
(PDT-CE)



2º Suplente
Gilberto Nascimento
(PSC-SP)



3º Suplente
Alexandre Leite
(UNIÃO-SP)



4º Suplente
Cássio Andrade
(PSB-PA)

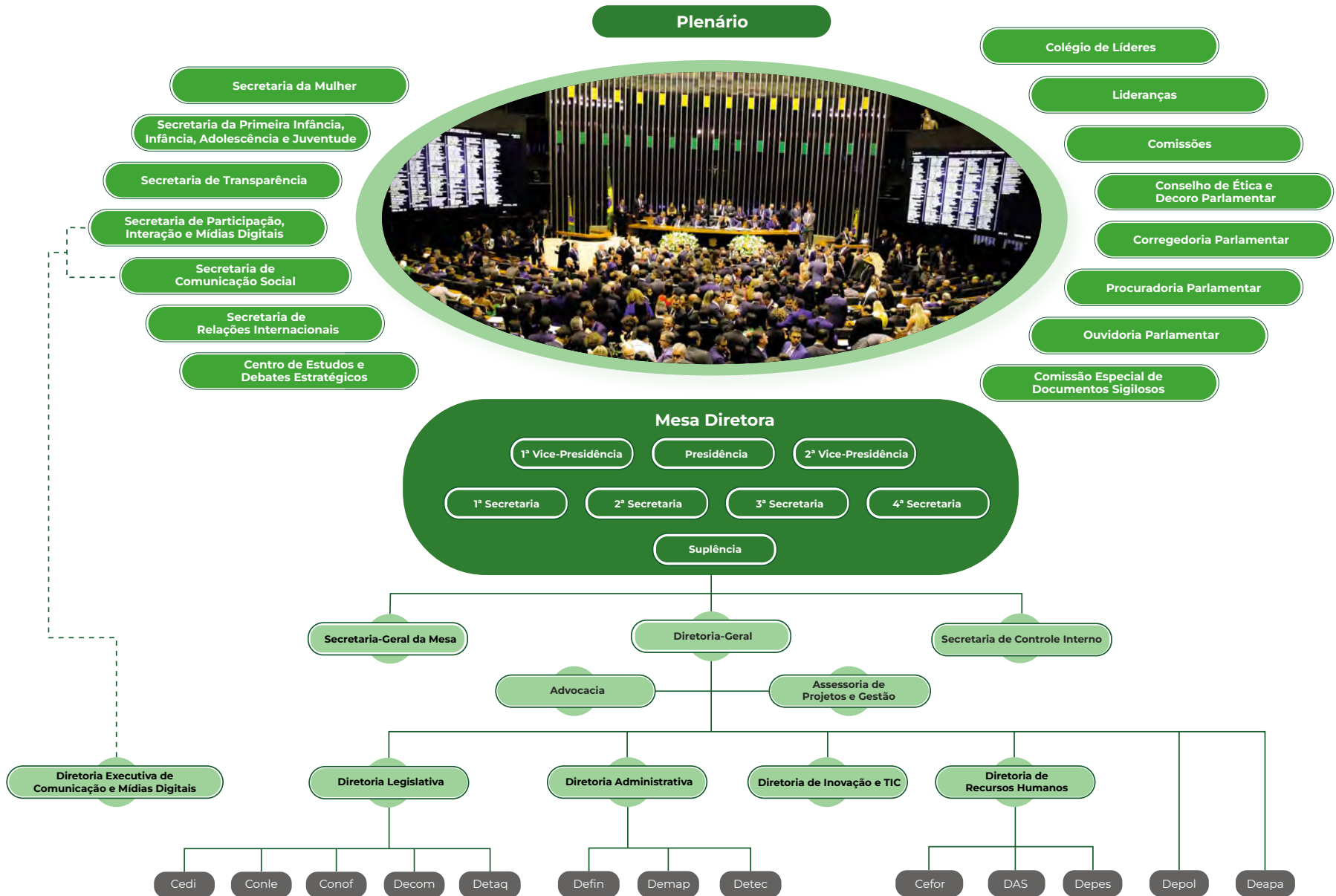


são, em geral, colegiadas, tendo o presidente da Câmara dos Deputados o papel de representante da Casa e de supervisor dirigente de seus trabalhos e de sua ordem.

As áreas técnicas da Casa são diretamente subordinadas à Mesa e se subdividem

em Diretoria-Geral (DG) e Secretaria-Geral da Mesa (SGM), situadas no mesmo nível hierárquico. A Diretoria-Geral é a estrutura técnico-administrativa, e a Secretaria-Geral da Mesa é a estrutura técnico-legislativa.

Estrutura organizacional simplificada da Câmara dos Deputados



3.1.2 ARQUITETURA DE PROCESSOS

A relação entre o trabalho parlamentar e as atividades de apoio técnico é também expressa por meio da Arquitetura Corporativa de Processos de Trabalho da Câmara dos Deputados (figura 8).

A arquitetura de processos organiza as atividades da Casa em grupos temáti-

cos, desdobrados em macroprocessos. Os grupos temáticos finalísticos, referentes às funções constitucionais da Câmara dos Deputados, estão representados na figura 8, em verde escuro, e os grupos temáticos de suporte, em verde claro.

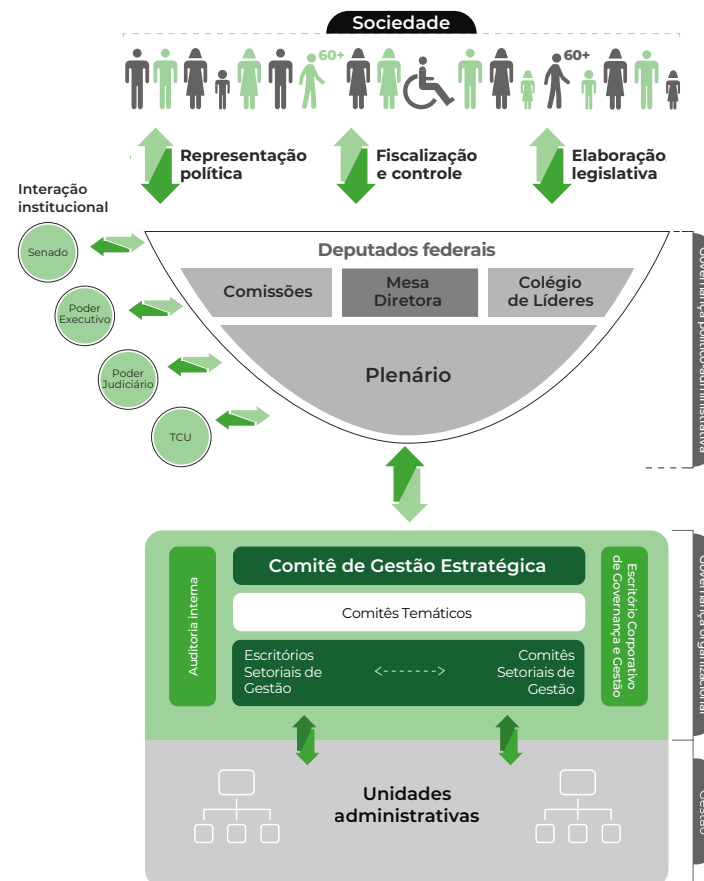
Arquitetura de processos da Câmara dos Deputados



3.2 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Além da estrutura organizacional da Câmara dos Deputados, existe um modelo de governança que trata da relação entre a Mesa Diretora e a estrutura técnico-administrativa, com estabelecimento de diretrizes e metas estratégicas para o funcionamento administrativo interno e o acompanhamento periódico das ações desenvolvidas.

Modelo de governança da Câmara dos Deputados




3.2.1 GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS





Conformidade legal


Ato da Mesa

 n. 245/2018

Atos do Presidente do CGE

 n. 1/2018

 n. 2/2018

 n. 3/2018

A estrutura da governança organizacional da Câmara dos Deputados foi estabelecida pelo [Ato da Mesa n. 245/2018](#), quando foram definidas as competências e as relações entre as instâncias deliberativas e as instâncias de assessoramento que compõem o modelo adotado, conforme figura 10.

A instância deliberativa superior da estrutura de governança organizacional, diretamente subordinada à Mesa Diretora, é o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), cujo presidente é o diretor-geral. Esse colegiado superior, composto pelos dirigentes das oito unidades superiores das áreas técnico-administrativa

e técnico-legislativa, é responsável por avaliar o cenário interno e externo, definir a estratégia, direcionar a gestão e monitorar seu desempenho, zelando pela conformidade, pela transparência e pela prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade.

O CGE é assessorado pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão (ECGG), cujo objetivo é viabilizar o efetivo exercício das competências do colegiado superior.

Os membros do CGE participam de Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs) ordinárias e extraordinárias ao longo do ano, com a finalidade de dirigir, monitorar e avaliar o desempenho da gestão da Câmara dos Deputados.

Em nível setorial, cada uma das oito unidades administrativas superiores representadas no CGE compõe um Comitê Setorial de Gestão (CSG), integrado pelos titulares das unidades administrativas diretamente subordinadas. Os CSGs orientam e acompanham o processo de gestão da respectiva diretoria ou secretaria, garantindo alinhamento das ações à estratégia corporativa.

Os CSGs são assessorados por Escritórios Setoriais de Gestão (ESGs), que atuam de forma alinhada com as metodologias e as orientações do ECGG. As competências dessas instâncias estão detalhadas no [Ato do Presidente do CGE n. 1/2018](#).

3.2.2 REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO (RAGs)

No biênio 2021-2022, a realização das Reuniões de Acompanhamento da Gestão (RAGs) aperfeiçoou o modelo de governança, que já previa RAEs trimestrais.

Nas RAGs realizadas, o andamento dos

projetos estratégicos e os pontos de atenção foram avaliados e discutidos de forma mais intensa, proporcionando a tempestiva adequação das ações voltadas para o êxito dos projetos.

Além do CGE e dos CSGs, compõem o modelo de governança da Câmara dos Deputados os comitês temáticos, colegiados temporários que se reúnem periodicamente para deliberar ou se manifestar sobre temas que impactam a estratégia da Casa e que dependem de decisões e ações conjuntas de diferentes unidades administrativas. As regras de funcionamento desses comitês estão dispostas no [Ato do Presidente do CGE n. 1/2019](#).



Comitês temáticos

Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira – CDGOF	Delibera sobre questões relacionadas à gestão orçamentária, à gestão financeira e à aquisição de bens e serviços no âmbito da Câmara dos Deputados
Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação – CDTI	Desdobra as estratégias de tecnologia da informação definidas pelo CGE, prioriza ações e acompanha seus resultados
Comitê Gestor do Relacionamento – CGR	Zela pelo cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos para a Gestão do Relacionamento no âmbito da Casa
Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI	Propõe, promove e acompanha ações relativas à segurança da informação da Câmara dos Deputados
Comitê Gestor Pró-Equidade	Promove a igualdade de condições e oportunidades, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade no ambiente de trabalho, bem como previne e coíbe discriminações de qualquer natureza
Comitê Técnico de Redes Sociais Digitais – CTR	Faz a gestão das contas institucionais das redes sociais da Câmara dos Deputados

3.3 MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Para determinar os critérios de materialidade dos temas apresentados na Prestação de Contas Anual, foram consideradas informações relevantes que podem afetar a capacidade da administração de apoiar a geração de valor da Casa no cumprimento de sua missão institucional.

Com esse objetivo, o Escritório Corporativo de Governança e Gestão coordenou o processo de determinação de materialidade, criando o Guia para a Elaboração do Relatório de Gestão 2022 e conduzindo reuniões setoriais para elucidação dos critérios adotados.

As informações encaminhadas pelas unidades administrativas e revisadas pelos escritórios setoriais foram consolidadas com a aplicação dos critérios de

concisão, clareza, coerência e transparência, conforme as regras do relato integrado recomendadas pelo Tribunal de Contas da União. Assim, chegou-se à estrutura que destaca a atuação e produção das áreas legislativas, informando, em seguida, como a governança e a gestão da Casa, pormenorizada por áreas temáticas, suportam essas ações. Além disso, é destacada a relação da Câmara dos Deputados com a sociedade e suas ações em temas relevantes da atualidade como acessibilidade e sustentabilidade ambiental, concluindo com as informações orçamentárias, financeiras e contábeis. A minuta do relatório foi então apreciada pelos membros do CGE e sua aprovação, deliberada em Reunião de Avaliação Estratégica.





Brito/Câmara dos Deputados

4

**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO –
MISSÃO, VISÃO E
VALORES**

As Casas Legislativas, no que tange aos aspectos de governança e gestão, são instituições *sui generis*. Por suas características próprias, a atividade política não se submete à lógica administrativa comum, desenvolvida em empresas e instituições públicas dos demais poderes. Cada deputado é autônomo e independente para definir como conduzir seu mandato, prestando contas principalmente para o eleitor e o partido político ao qual está vinculado.

Além disso, outros atores políticos externos à Câmara dos Deputados integram intensamente nos processos de trabalho, modificando a dinâmica e o resultado das ações.

O planejamento estratégico é um instrumento essencial para a administração da Câmara dos Deputados, que ajuda a definir prioridades, alocar recursos e garantir alinhamento de iniciativas.

Missão, visão e valores da Câmara dos Deputados

 <p>MISSÃO</p> <p>Representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.</p>	 <p>VISÃO</p> <p>Consolidar-se como o centro de debates dos grandes temas nacionais, moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.</p>	 <p>VALORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ética • Busca pela excelência • Independência do Poder Legislativo • Legalidade • Pluralismo • Responsabilidade social
---	---	---

O foco do planejamento estratégico é, portanto, a constante evolução das capacidades institucionais, a fim de dar aos deputados meios para exercer ple-

namente seus mandatos, atender os anseios da sociedade e colaborar para o desenvolvimento nacional.

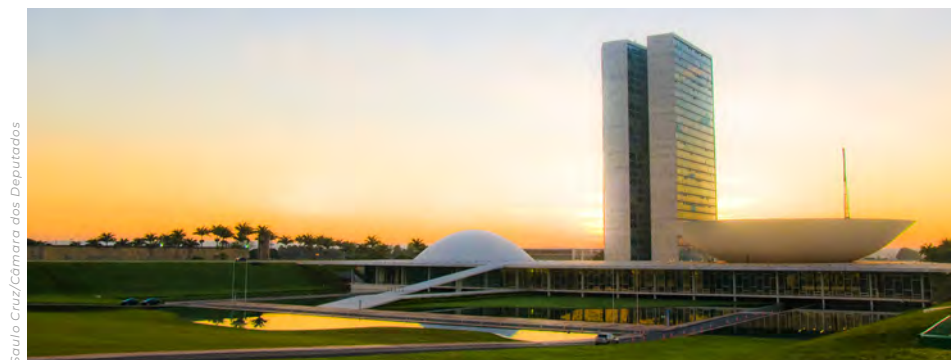
4.1 PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

A gestão estratégica na Câmara dos Deputados se dá por meio de ciclos de longo prazo, nos quais são definidas diretrizes e linhas de atuação que priorizam ações que possam contribuir para a consolidação da Casa como centro de debates dos grandes temas nacionais, tornando-se uma instituição moderna e transparente, com ampla participação dos cidadãos.

Para tanto, as linhas de atuação do atual Ciclo 2012-2023 – aprovado pelo [Ato da Mesa n. 59/2013](#) – são voltadas para o apoio às atividades finalísticas, de forma a dar continuidade às mudanças administrativas iniciadas no ciclo anterior que se alinham à visão de futuro.

As diretrizes e as linhas de atuação do ciclo atual podem ser consultadas em [Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023](#).

O ciclo de planejamento de longo prazo é desdobrado em ciclos curtos bienais, nos quais são definidas ações específicas, organizadas em um portfólio de projetos estratégicos sintonizados com o momento político, social e tecnológico. Portanto, a Gestão Estratégica da Câmara dos Deputados é composta por um ciclo longo, que compreende a missão, a visão, os valores e as diretrizes estratégicas, e por um ciclo curto, que engloba os programas, os projetos e as ações que serão desenvolvidos em um biênio alinhado à duração da Mesa Diretora.



Saulo Cruz/Câmara dos Deputados

4.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO BIÊNIO 2021-2022

A estratégia executada em 2022 decorre do planejamento do biênio 2021-2022, cujo foco foi “Otimizar a utilização dos recursos, com foco no processo legislativo e na atividade parlamentar”.

Os valores que serviram de base à elaboração da estratégia foram:

- aperfeiçoamento dos serviços voltados à atividade parlamentar;
- eficiência e modernização da instituição; e
- valorização e potencialização da força de trabalho.

Para o biênio, também foram priorizadas as seguintes diretrizes e linhas de atuação:



Acervo da Câmara dos Deputados

Diretrizes e linhas de atuação priorizadas para o biênio 2021-2022

DIRETRIZ QUALIDADE DAS LEIS

Desenvolver meios que possibilitem a avaliação da necessidade, viabilidade e potenciais impactos associados à implementação das leis;

Desenvolver instrumentos que aprimorem o processo legislativo e que permitam aferir o resultado e avaliar a aplicação das leis.

Objetivo Estratégico 1

Promover a transformação digital integral do processo legislativo

Objetivo Estratégico 2

Fomentar o uso de soluções digitais pelos gabinetes parlamentares e pelas lideranças partidárias

Objetivo Estratégico 3

Adotar modelo integrado de suporte e assessoramento legislativo institucional

DIRETRIZ GESTÃO

Aprimorar a governança, o processo decisório, as práticas de gestão e a cooperação entre as áreas;

Melhorar a eficiência administrativa, a qualidade do gasto e a utilização de recursos;

Promover a gestão de pessoas baseada em efetividade, ética, cooperação, desenvolvimento contínuo, equidade, mérito, responsabilidade socioambiental e saúde integral;

Assegurar a infraestrutura adequada e a continuidade dos serviços, com foco em acessibilidade, sustentabilidade e segurança das pessoas, da informação e do patrimônio.

Objetivo Estratégico 4

Modernizar a estrutura organizacional da Câmara dos Deputados e seus processos de trabalho

Objetivo Estratégico 5

Incentivar a força de trabalho disponível a desempenhar atividades complexas e multidisciplinares

Objetivo Estratégico 6

Readequar os espaços físicos da Câmara dos Deputados

4.3 RESULTADOS ESTRATÉGICOS

O portfólio de projetos estratégicos 2021-2022 foi encerrado em dezembro de 2022 com os seguintes benefícios alcançados por projeto:

Portfólio de projetos estratégicos 2021-2022 – resultados

Objetivo Estratégico 1

Promover a transformação digital integral do processo legislativo

Descrição do objetivo

Avançar na transformação digital do processo legislativo, com a integração de todas as suas etapas e serviços informacionais e de assessoramento.

Projeto estratégico	Benefícios alcançados
Governança de Dados	Disponibilização de meios adequados e eficientes para o atendimento do disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Conhecimento dos dados e metadados corporativos para uma futura unificação de bases de dados; Proteção e privacidade dos dados por meio da identificação e rastreamento do tratamento de dados pessoais; Aprimoramento do processo de preservação da informação digital e disponibilização de meios de recuperação precisos e ágeis; Elevação da segurança na manipulação de dados pessoais e de dados sigilosos; Viabilização de projetos de inovação e de tecnologia que fazem uso massivo de dados corporativos.
Infoleg – Processo Legislativo Digital PLD	Elevação do nível de segurança dos documentos legislativos; Ganho de robustez da plataforma tecnológica de armazenamento de documentos legislativos; Aumento da garantia de continuidade dos serviços de gestão de documentos legislativos; Controle automático de versionamento de documentos legislativos; Facilidade de acesso e pesquisa dos documentos do processo digital; Aprimoramento das rotinas e ampliação da sistematização dos procedimentos relacionados ao processo legislativo.
Infoleg 4.0	Possibilidade de assinatura de proposições e documentos legislativos por meio de dispositivos móveis; Acesso facilitado às informações sobre a atividade legislativa pelos parlamentares.
Infoleg Parlamentar – Módulo Órgãos Legislativos	Fortalecimento das regras de governança de dados sobre órgãos legislativos; Descentralização do processo de registro de dados; Automação da comunicação entre os órgãos legislativos; Atualização tecnológica e melhora da usabilidade do sistema.

Objetivo Estratégico 2

Fomentar o uso de soluções digitais pelos gabinetes parlamentares e lideranças partidárias

Descrição do objetivo

Disponibilizar plataformas digitais ágeis e funcionais que facilitem a prestação do serviço de apoio à atividade parlamentar pelos gabinetes parlamentares e pelas lideranças partidárias.

Projeto estratégico	Benefícios alcançados
Assessoramento Legislativo Digital	Automatização de processos de trabalho; Aumento da qualidade, da precisão e da tempestividade do assessoramento ao parlamentar; Integração dos processos de trabalho em um único sistema – Sisconle e Sisconof; Facilitação da manutenção e evolução do sistema.
Gabinete Digital 2.0	Estruturação dos serviços aos deputados e gabinetes parlamentares em plataforma unificada; Aprimoramento da usabilidade dos recursos disponibilizados para o suporte à atividade parlamentar; Facilitação do acesso aos serviços por meio de dispositivos móveis.
Liderança Digital	Automação de processos de trabalho de lideranças partidárias; Integração de serviços disponíveis às lideranças por um único canal de comunicação; Unificação da plataforma tecnológica de serviços para todas as lideranças, com mobilidade e acessibilidade; Disponibilização de informações essenciais para auxílio da atuação dos parlamentares no âmbito das lideranças no Plenário e nas comissões.

Objetivo Estratégico 3

Adotar modelo integrado de assessoramento legislativo institucional

Descrição do objetivo

Integrar serviços informacionais, analíticos e de assessoramento institucional para aperfeiçoamento do modelo de apoio ao processo legislativo e à atuação parlamentar.

Projeto estratégico	Benefícios alcançados
Fortalecimento e Integração do Assessoramento Institucional no Plenário e nas Comissões	Integração dos órgãos de assessoramento (Conle e Conof) com os órgãos legislativos (SCM, Decom, lideranças) e parlamentares; Facilitação do acesso aos serviços de assessoramento institucional; Padronização dos procedimentos dos órgãos de assessoramento institucional; Elevação da interação entre os consultores legislativos, resultando no aprimoramento das análises técnicas.



Objetivo Estratégico 4

Modernizar a estrutura organizacional da Câmara dos Deputados e seus processos de trabalho

Descrição do objetivo

Revisar os processos de trabalho e alterar a estrutura organizacional da Câmara dos Deputados, de forma a promover maior alinhamento com sua missão institucional e ganhos de eficiência, com uso mais intensivo de tecnologia da informação.

Projeto estratégico	Benefícios alcançados
Avaliação do Desempenho Institucional	Ampliação do conhecimento sobre a análise de processos de trabalho; Elaboração do modelo de avaliação do desempenho institucional; Construção de indicadores como ferramentas da gestão para aprimoramento contínuo de processos.



Objetivo Estratégico 5

Incentivar a força de trabalho disponível a desempenhar atividades complexas e multidisciplinares

Descrição do objetivo

Implementar modelo de gestão de pessoas com base em efetiva avaliação do desempenho individual e no desenvolvimento de competências para a realização de atividades complexas e multidisciplinares.

Projeto estratégico	Benefícios alcançados
Programa de Resultados	Possibilidade de estabelecer nova sistemática de trabalho, por meio de acordos de resultados entre gestores e servidores; Melhora do fluxo de informações sobre os resultados das unidades administrativas para a Alta Administração; Melhora na distribuição do trabalho, transparência e ganho de produtividade das equipes; Melhora do clima organizacional nas unidades participantes.
Plano de Capacitação para o Novo Perfil do Servidor (Trilhando o Futuro)	Promoção do desenvolvimento de habilidades gerenciais e comportamentais; Favorecimento da cultura de colaboração, aprendizado contínuo e compartilhamento de conhecimentos; Maior efetividade das ações educacionais e do uso dos recursos; Apoio aos processos de gestão das mudanças em andamento na Casa; Ampliação da oferta de opções de capacitação autogeridas para gestores e servidores.



Objetivo Estratégico 6

Readequar os espaços físicos da Câmara dos Deputados

Descrição do objetivo

Reorganizar e adequar os espaços físicos da Casa, considerando-se o atual contexto sanitário e o regime de trabalho, com vistas à promoção de melhores condições para o desenvolvimento da atividade parlamentar, observadas as condições de segurança das pessoas e do patrimônio.

Projeto estratégico	Benefícios alcançados
Requalificação das Instalações e dos Gabinetes do Ed. Anexo III	Modernização das instalações com incorporação de novas tecnologias, materiais e equipamentos ao edifício; Edificação e gabinetes parlamentares acessíveis e seguros; Equivalência entre gabinetes parlamentares do Anexo III e do Anexo IV (tamanho e instalações).
Adequação das Instalações às Normas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	Modernização das instalações – incorporação de novas tecnologias, materiais e equipamentos; Edificações mais acessíveis, mais seguras e em conformidade aos normativos vigentes.

Foto: Pedro Luís Stuckert/Câmara dos Deputados



4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

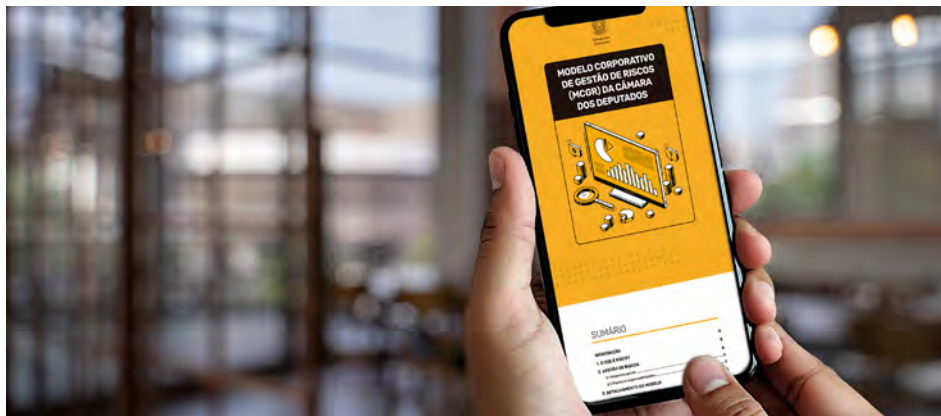
Com fundamento na [Política de Gestão de Riscos](#) na Câmara dos Deputados, foi definido pelo CGE o apetite a riscos e aprovada a segunda versão do modelo corporativo de gestão de riscos.

Implantação do Apetite a Riscos

O [Ato do Presidente do CGE n. 1/2022](#) traz as diretrizes do apetite a riscos na Câmara dos Deputados, assim como o tratamento a ser dado aos riscos identificados. O Ato visa ao aprimoramento da imagem institucional, à maior eficiência processual e à integração entre as unidades administrativas no tocante à gestão de riscos.

Aprimoramento do Modelo Corporativo de Gestão de Riscos

Foi publicada a segunda edição da [Modelo Corporativo de Gestão de Riscos da Câmara dos Deputados](#), documento direcionador do processo de identificação e avaliação dos riscos na Casa. Essa atualização foi fruto de estudos realizados sobre o tema e de aplicações em trabalhos desenvolvidos em gestão de riscos nas áreas. Por exemplo, foram tratados os riscos dos processos “Transmissão da Atividade Legislativa”, “Riscos da Rede Legislativa de Rádio e TV Digital” e “Estratégia Digital”.



4.5 PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE E CORREIÇÃO

4.5.1 AUDITORIA INTERNA



Conformidade legal

Resoluções CD

- n. 20/1971
- n. 17/1989
- n. 69/1994

Atos da Mesa

- n. 133/2016
- n. 233/2018

Portarias Secin

- n. 1/2016
- n. 1/2018
- n. 1/2019
- n. 2/2019

Ordens de Serviço Secin

- n. 1/2019
- n. 2/2019

Instrução Normativa TCU

- n. 84/2020

As ações de auditoria interna desenvolvidas são priorizadas a partir da avaliação de risco em termos de materialidade, relevância, imagem institucional e criticidade dos processos auditáveis, buscando-se o alinhamento com a estratégia da Casa.

Em 2022, foram priorizados trabalhos relacionados à auditoria integrada financeira e de conformidade. A partir dos parâmetros qualitativos e quantitativos de materialidade estabelecidos, foram avaliadas as contas discriminadas na figura a seguir.



Contas contábeis



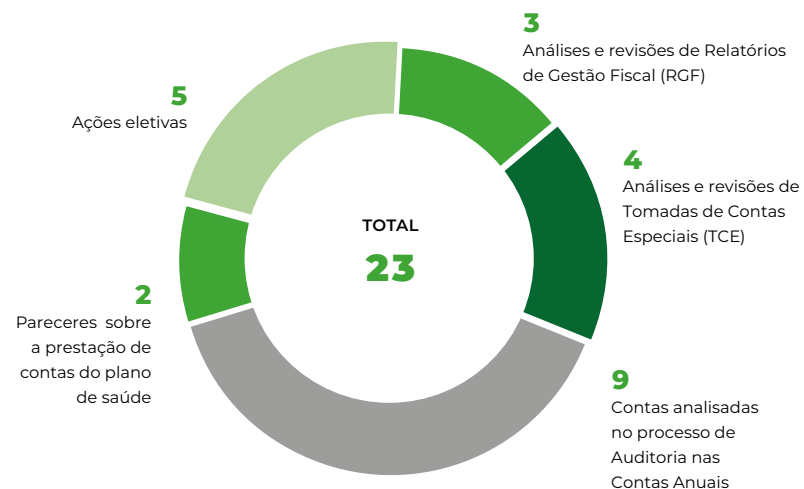
Contas contábeis	Valores (R\$)
CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	943.126.774,76
Superávits ou déficits de exercícios anteriores	3.490.552.897,47
Superávits ou déficits de exercícios anteriores ⁽¹⁾	126.993.079,43
Cota recebida	6.486.458.977,89
Imóveis residenciais e comerciais	862.581.982,26
Edifícios	634.869.227,06
Pensões civis	368.192.249,47
Gratificações RPPS	869.300.049,62
Gratificações RGPS	809.844.264,99

(1) Ajuste realizado pela STN – alteração da regra de cálculo dos recursos diferidos

Fonte: elaboração própria com base no saldo do balancete da Câmara dos Deputados no Siafi em 31/12/2022.

As ações de auditoria interna planejadas e executadas pela Secin podem ser consultadas no [Relatório de Atividades da Secretaria de Controle Interno – 2022](#). Foram realizadas, em 2022, as seguintes ações de auditoria:

Ações de auditoria

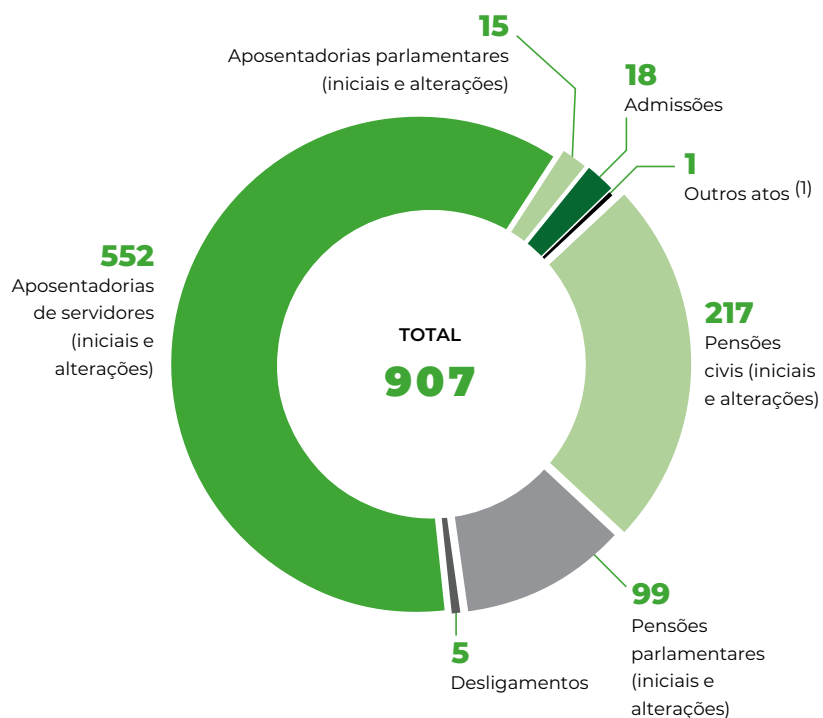


Fonte: elaboração própria.



No que se refere à certificação de atos de pessoal, foram analisados 907 atos, conforme figura a seguir:

Atos de pessoal analisados



(1) Reversão, transferência, cancelamento, entre outros.



Fonte: elaboração própria, a partir do DataCâmara.

4.5.2 CORREIÇÃO





Conformidade legal




Leis

-  n. 8.112/1990
-  n. 9.784/1999

Resoluções CD

-  n. 20/1971
-  n. 14/2012

Portarias

-  n. 12/2016
-  n. 124/2020
-  n. 121/2021

Investigações preliminares sumárias

As investigações preliminares sumárias (IPS), nos termos da [Portaria DG n. 12/2016](#), são procedimentos disciplinares instaurados para coletar elementos com vistas à verificação do cabimento de instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar em decorrência de notícias de fatos disciplinares (NFDs), recebidas por meio de denúncias (anônimas ou não) e representações.

Investigações preliminares sumárias



76 denúncias e representações apuradas:

51 decorrentes do referido ano e 25 de anos anteriores

46 pareceres de admissibilidade, dos quais resultaram:

23 processos administrativos disciplinares (PADs) instaurados

17 arquivamentos

3 termos de ajustamento de conduta (TACs)

5 pareceres pendentes de decisão:

3 decorrentes do referido ano e 2 de anos anteriores

Fonte: elaboração própria.

Processo administrativo disciplinar (PAD)

O processo administrativo disciplinar, regulado no Título V, Capítulo III, da [Lei n. 8.112/1990](#) tem por objetivo apurar a responsabilidade de servidor por infração disciplinar cometida no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições de seu cargo. O ato de julgamento é de competência do titular da Diretoria-Geral, da Primeira-Secretaria ou do presidente da Câmara dos Deputados, conforme regramento estabelecido no art. 141 da Lei n. 8.112/1990 combinado com o art. 147, inciso XXX, da [Resolução da Câmara dos Deputados n. 20/1971](#).

Processo administrativo disciplinar



Fonte: elaboração própria.

4.5.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Medidas adotadas em caso de danos ao erário em 2022

	Quantidade de registros no Sicod	Percentual
Débitos objeto de cobrança administrativa	1.011	100%
Débitos regularizados	363	36%
Débitos não regularizados dispensados de TCE por não atingirem o valor mínimo estabelecido na IN n. 71/2012 do TCU	527	52%
Débitos apurados em TCE (Processos 550.850/2022, 513.261/2021, 275.297/2022, 936.905/2021)	121	12%

Fonte: elaboração própria.





5

**RESULTADOS POR
ÁREA DA GESTÃO**

5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Neste item são apresentados os principais números e informações sobre a gestão orçamentária e financeira na Câmara dos Deputados.

A atividade-fim da Câmara dos Deputados está prevista, em sua maior parte, no âmbito do Plano Plurianual 2020-

2023 ([Lei n. 13.971/2019](#)), no Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados –, classificado como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. A Câmara dos Deputados possui duas unidades orçamentárias: Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.



Conformidade legal

Leis

- n. 13.971/2019 – Plano Plurianual 2020/2023 (PPA)
- n. 14.194/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- n. 14.303/2022 – Lei Orçamentária Anual (LOA)

Lei Complementar

- n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal

5.1.1 PERFIL DO GASTO

A [Emenda Constitucional n. 95/2016](#) (EC 95) instituiu o Novo Regime Fiscal (NRF) e impôs limitação na contratação de despesas pelos órgãos da Admi-

nistração Pública Federal. Segundo o Novo Regime Fiscal, conforme a redação original da EC 95, o limite financeiro de despesas primárias de cada órgão equivale ao montante de despesas primárias pago pelo órgão no exercício

de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido pelo IPCA acumulado no período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior.

Em 8 de dezembro de 2021, foi promulgada a [Emenda Constitucional n. 113/2021](#), que previu nova regra de correção do teto de gastos a partir de 2021. Porém, no exercício de 2022, o acréscimo do limite destinou-se apenas a

despesas de ampliação de programas sociais de combate à pobreza e à extrema pobreza, à saúde, à previdência e à assistência social, não alcançando, portanto, a Câmara dos Deputados.

A figura a seguir compara a despesa paga pela Câmara dos Deputados, no período de 2016 a 2022, com o percentual estabelecido pelo Novo Regime Fiscal:

Valores pagos pela Câmara dos Deputados conforme o Novo Regime Fiscal – 2016 a 2022 (em R\$)

Ano	Teto de gastos (A)	Valores pagos (B)	IPCA (jul. a jun.)	IPCA acumulado desde 2016	Valores pagos em relação a 2016	Diferença (R\$) (C)=(A)-(B)
2016	5.067.248.626	5.067.248.626	-	-	-	-
2017	5.432.090.527	5.127.663.002	7,20%	7,20%	1,19%	304.427.525
2018	5.595.053.243	5.289.359.953	3,00%	10,42%	4,38%	305.693.290
2019	5.840.676.080	5.639.802.249	4,39%	15,26%	11,30%	200.873.831
2020	6.037.506.864	5.489.418.761	3,37%	19,15%	8,33%	548.088.103
2021	6.166.105.760	5.507.205.054	2,13%	21,69%	8,68%	658.900.706
2022	6.680.975.591	5.589.414.970	8,35%	31,85%	10,30%	1.091.560.621

Fonte: Tesouro Gerencial.

Percebe-se que, em todos os anos abarcados pelo NRF, a Câmara dos Deputados cumpriu o teto constitucional, o que indica que o órgão vem pagando suas despesas em montante inferior ao limite estabelecido. Destaca-se o ano de 2022, em que o montante de pagamentos da Casa foi 10,3% superior aos valores pagos no ano-base (2016) do NRF, mantendo-se abaixo do percentual acumulado permitido, de 31,85%.

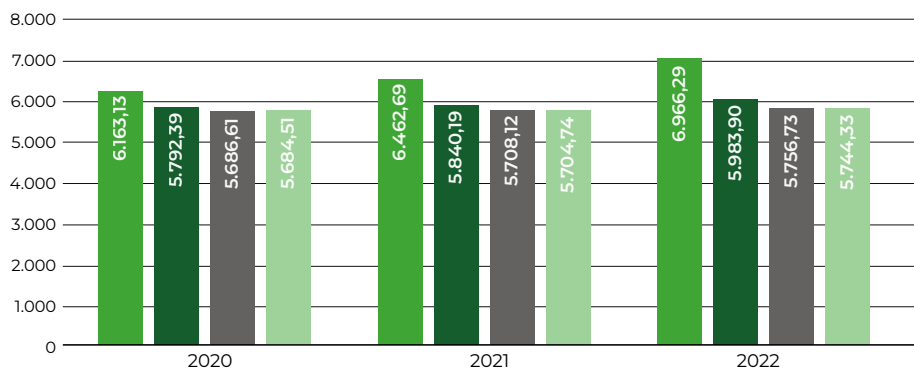
Em números absolutos, o montante economizado em 2022 ultrapassou a cifra de R\$ 1 bilhão. Considerando-se o período compreendido entre 2017 e

2022, o órgão deixou de executar aproximadamente R\$ 3,11 bilhões. A Câmara dos Deputados segue, pois, mantendo com rigor o nível de pagamentos de despesas, que se comporta em patamar abaixo do teto anual de gastos definido pela Constituição.

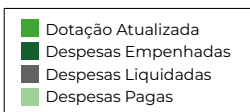
5.1.2 EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

A [Lei n. 14.303/2022](#) – Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA 2022) consignou inicialmente à Câmara dos Deputados dotação orçamentária de R\$ 6.966,29 milhões.

Execução orçamentária – 2020 a 2022 (R\$ em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial.



Em 2022, foram pagos R\$ 5.744,33 milhões referentes ao orçamento autorizado para aquele exercício, o que equivale a 82,5% das dotações consignadas na LOA 2022. Em 2020 e em 2021, as despesas pagas equivaleram a 92,2% e 88,3%, respectivamente.

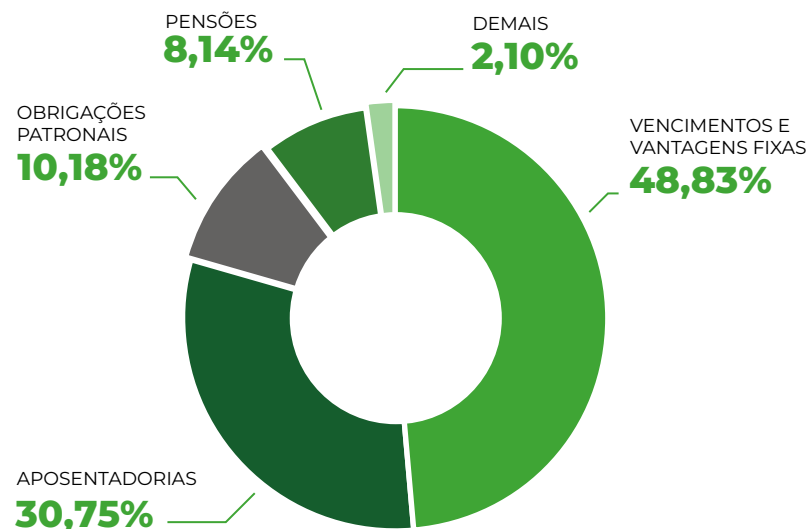
5.1.3 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

No tocante à execução orçamentária por grupo de natureza de despesa (GND) e por elemento de despesa, em

2022, aproximadamente 80,9% das despesas executadas pela Câmara dos Deputados referem-se a pessoal e encargos sociais e equivalem a R\$ 4.840,11 milhões.

Neste grupo de despesa (GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais), aproximadamente 48,8% da execução referem-se aos vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos e 38,9% aos servidores inativos e pensionistas, conforme figura a seguir.

Detalhamento da despesa executada com pessoal em 2022



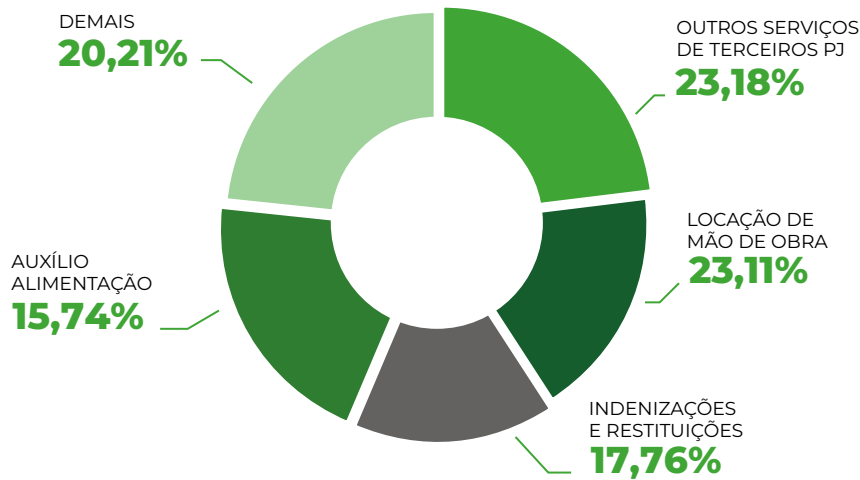
Fonte: Tesouro Gerencial.



Relativamente ao GND 3 – Outras Despesas Correntes –, que totalizou a execução de R\$ 1.077,84 milhões, conforme figura a seguir, aproximadamente 46,3% da despesa executada estão re-

lacionados a contratos voltados à manutenção das atividades da Casa, dos quais 23,1% referem-se à locação de mão de obra e 23,2% a serviços contratados de pessoas jurídicas.

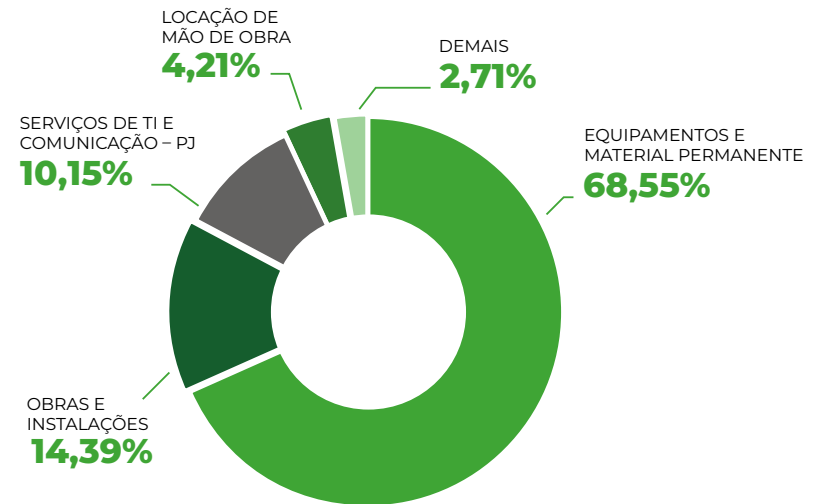
Detalhamento da despesa executada com custeio em 2022



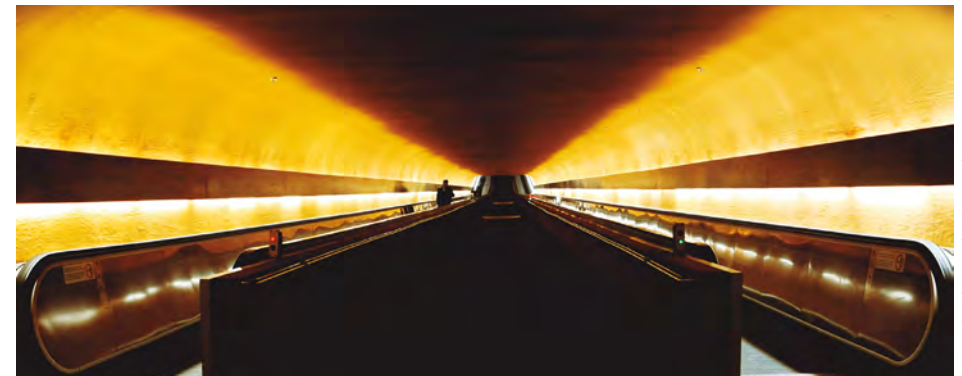
Fonte: Tesouro Gerencial.

Com relação aos investimentos (GND 4) em 2022 foi de 1,1% da despesa total do órgão, totalizando R\$ 65,95 milhões, conforme explicitado adiante. Essa despesa foi concentrada basicamente em equipamentos e material permanente, obras e instalações e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Detalhamento da despesa executada com investimentos em 2022

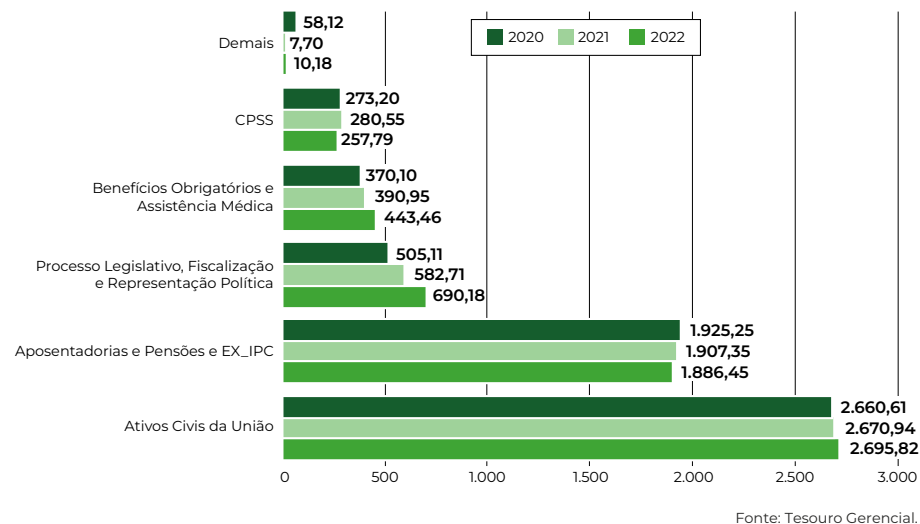


Fonte: Tesouro Gerencial.



5.1.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES

Execução orçamentária por ação – 2020 a 2022 (R\$ em milhões)



Analisando-se a execução das despesas da Câmara, por ação orçamentária, observa-se que a maior parte das despesas executadas em 2022 concentrou-se nas ações que abrangem gastos com pessoal: a) R\$ 2.695,82 milhões com “Ativos Cívicos”; e b) R\$ 1.886,45 milhões com “Aposentadorias e Pensões da União” e “Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC”.

Também merecem destaque as despesas com a ação “Processo Legislativo,

Fiscalização e Representação Política”, da ordem de R\$ 690,18 milhões, que asseguram a manutenção do órgão e o desempenho das atividades finalísticas da Casa, bem como as despesas com “Benefícios Obrigatórios” e “Assistência Médica e Odontológica”, que respondem por R\$ 443,46 milhões das despesas executadas, seguidos pela “Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais” (CPSS), cuja execução foi de

R\$ 257,79 milhões. As demais ações somaram R\$ 10,18 milhões.

Comparando-se com 2021, percebe-se que a ação “Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política” sofreu um aumento de 18,4% (R\$ 107,47 milhões) na execução. Tal acréscimo deve-se ao aumento na execução das despesas com investimentos, como a compra de material permanente e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, aquisição de *software* pronto, além de gastos com instalações e equipamentos de proteção, segurança e socorro, o que gerou uma ampliação de R\$ 51,29 milhões na execução dessa ação. Além disso, com a retomada integral do trabalho presencial na Câmara dos Deputados em 2022, houve um aumento de 9,2% na execução de “Outras Despesas Correntes” quando comparada à de 2021, especificamente no plano orçamentário “Administração Legislativa”, uma vez que tal rubrica engloba grande parte das despesas de custeio do órgão e sofrem reajuste contratual.

Note-se ainda uma redução de 8,1% na execução orçamentária da ação “CPSS”, de 2021 para 2022, em função da migração de parte dos servidores públicos da

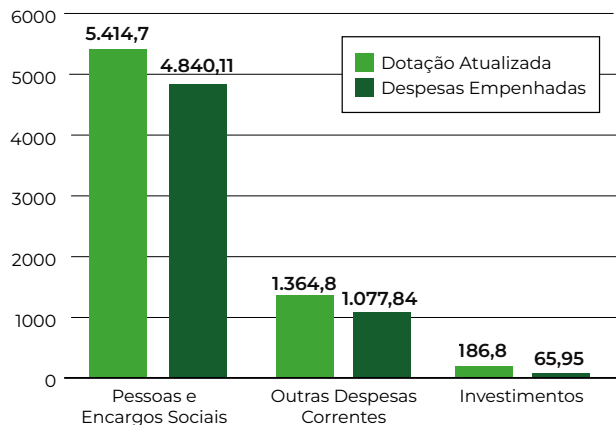
Câmara dos Deputados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC). Em contrapartida, houve um aumento de 7,4% no elemento de despesa “Contribuição Patronal – Funpresp” (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público) da ação “Ativos Cívicos da União”, uma vez que parte dos servidores que migraram de regime previdenciário também aderiram à Funpresp.

5.1.5 DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL X DESEMPENHO ORÇADO

Em 2022, o orçamento da Câmara dos Deputados foi de R\$ 6.966,29 milhões. Destes, R\$ 5.414,70 milhões foram destinados a “Pessoal e Encargos Sociais”, R\$ 1.364,80 milhões a “Outras Despesas Correntes” (custeio) e R\$ 186,80 milhões a “Investimentos” (despesas de capital).

Observando-se a execução de cada grupo de natureza de despesa (GND) frente à respectiva dotação autorizada, verifica-se que foram empenhados 89,4% da dotação relativa a “Pessoal e Encargos Sociais” (GND 1), 79,0% de “Outras Despesas Correntes” (GND 3) e 35,3% de “Investimentos” (GND 4).

Dotação x despesas empenhadas em 2022 (R\$ em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial.

5.1.6 PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

As mudanças em curso na Administração Pública Federal, decorrentes da Emenda Constitucional n. 95/2016, têm feito com que órgãos e entidades se empenhem em aprimorar sua gestão, na busca por eficiência e transparência, a fim de adequar suas despesas ao limite constitucional de gastos, considerando o horizonte de sua duração.

Em 2022, o GND 1 equivaleu a aproximadamente 80,9% da execução orçamentária da Câmara dos Deputados. A representatividade dos desembolsos com pessoal e encargos sociais indica que um dos principais desafios para

a Câmara dos Deputados continuará sendo administrar essa despesa, frente aos demais gastos contemplados nos GNDs 3 e 4, no horizonte de vigência do NRF. Aposentadorias e pensões a serem concedidas nos próximos exercícios continuarão gerando despesa para o órgão, requerendo critérios cuidadosos para aumentos de despesas com pessoal e encargos sociais.

Além disso, a Câmara dos Deputados continuará envidando esforços para melhorar o nível de execução das despesas com investimentos, priorizando sua infraestrutura e tecnologia, de modo a agregar maior economicidade e eficiência a seus processos e atividades.

5.2 GESTÃO DE PESSOAS



Conformidade legal

Leis

- n. 8.112/1990
- n. 9.506/1997
- n. 12.777/2012

Resoluções CD

- n. 39/1982
- n. 17/1989
- n. 28/1998
- n. 1/2007

Atos da Mesa

- n. 72/1997
- n. 76/2013
- n. 24/2015
- n. 131/2016

Portarias

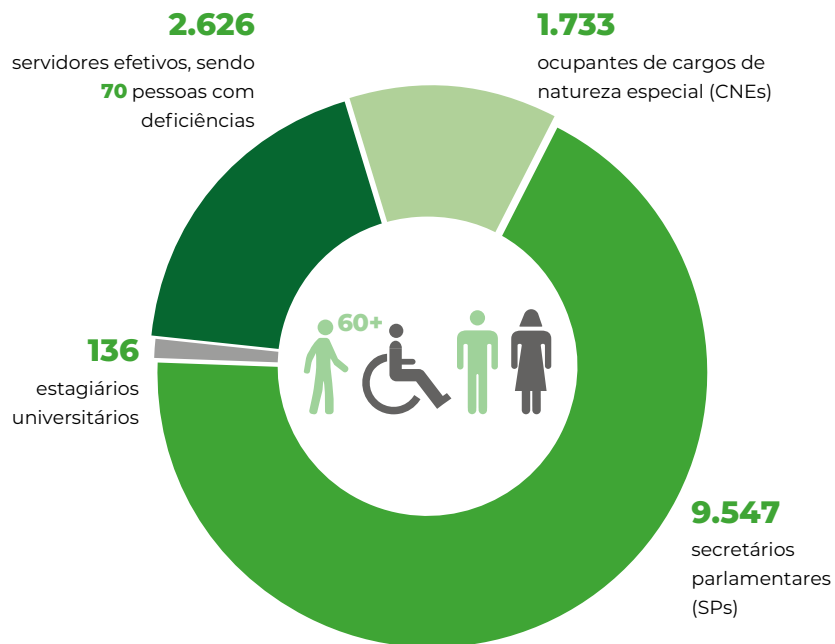
- n. 70/1997
- n. 166/2007
- n. 53/2022

5.2.1 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Devido ao seu papel institucional de representatividade, a Câmara dos Deputados possui uma força de trabalho bastante variada. Em 31 de dezembro de 2022, havia um total de 13.906 servidores ativos. As informações atualizadas estão disponíveis na página [Recursos Humanos e Concursos do portal da Casa](#).



Gestão de pessoas



As principais informações sobre postos de serviços terceirizados estão contidas em cada um dos [contratos](#). Outras informações relativas a prestadores de serviços terceirizados encontram-se disponibilizadas na página [Recursos Humanos e Concursos](#), gráfico Trabalhadores Terceirizados.

No [site](#) da Câmara também é possível obter mais informações sobre a distribuição da força de trabalho por áreas ou unidades administrativas, assim como informações sobre [lotação](#) individual e [remuneração](#).

Panorama de pessoal na Câmara dos Deputados em 31/12/2022



MEMBROS DO PODER E AGENTES POLÍTICOS

513 Deputados federais em exercício

511 Deputados titulares

2 Deputados suplentes



INATIVOS

3.270 Servidores efetivos inativos

412 Deputados aposentados

50 Aposentadorias em 2022 (servidores efetivos)

584 Servidores efetivos aptos a se aposentarem nos próximos 3 anos⁽⁴⁾

Notas

- (1) Prestação de serviços que envolvem supervisão, coordenação, orientação ou execução de tarefas de apoio ao desenvolvimento de trabalhos legislativos, políticos e administrativos (Plano de carreira – Lei n. 12.777/2012).
- (2) Prestação de serviços de assessoramento aos órgãos ligados à Mesa, às lideranças e aos órgãos administrativos da Casa (Resolução CD n. 1/2007).
- (3) Prestação de serviços de secretaria, assistência e assessoramento direto e exclusivo nos gabinetes dos deputados (Ato da Mesa n.º 72/1997).
- (4) Na página de Recursos Humanos podem ser obtidas mais informações sobre aposentadorias.
- (5) Acesse mais informações acerca dos cargos vagos na Câmara dos Deputados.
- (6) Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente (Pró-Adolescente) (Lei n. 10.097/2000). O programa foi encerrado em 1º/3/2022 e aguarda nova licitação.
- (7) Informações adicionais sobre estágio universitário podem ser obtidas no portal da Câmara dos Deputados.



FORÇA DE TRABALHO

13.906 Servidores ativos

2.626 Servidores ocupantes de cargo efetivo⁽¹⁾

72 servidores efetivos com deficiência

1.733 Cargos de natureza especial (CNEs)⁽²⁾

9.547 Secretários Parlamentares (SPs)⁽³⁾



CARGOS VAGOS

1.014 Cargos efetivos vagos ou 27,9% do total (3.640)⁽⁵⁾



ESTUDANTES

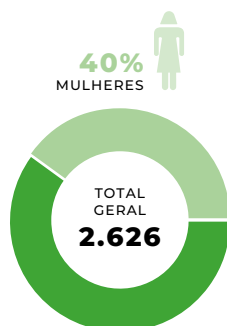
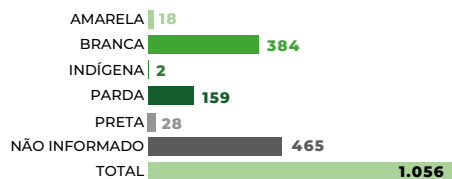
0 Jovens pró-adolescentes⁽⁶⁾

136 Estagiários universitários distribuídos em áreas meio e fim⁽⁷⁾

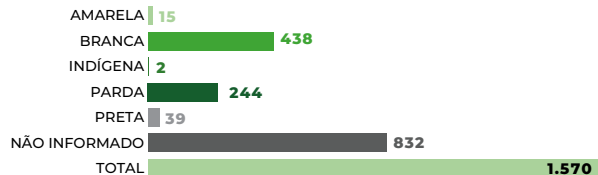
Em 2022, a Câmara dos Deputados contratou 147 estagiários, oriundos das nove instituições de ensino superior conveniadas. O estágio universitário proporciona aos estudantes de graduação uma experiência laboral supervisionada e a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Mais informações encontram-se disponíveis em [Estágio Universitário](#).

Quantidade de servidores por sexo e raça/cor

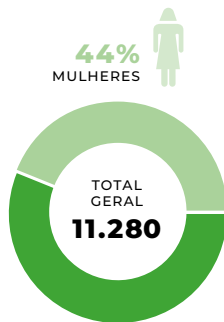
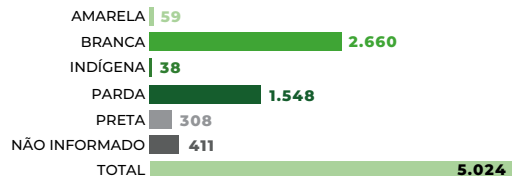
Servidores efetivos do sexo feminino



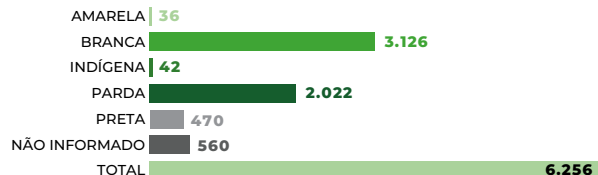
Servidores efetivos do sexo masculino



Servidores comissionados (CNE e SP) do sexo feminino

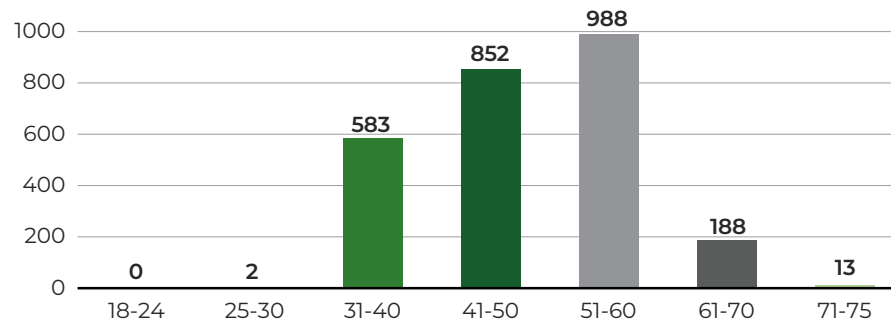


Servidores comissionados (CNE e SP) do sexo masculino

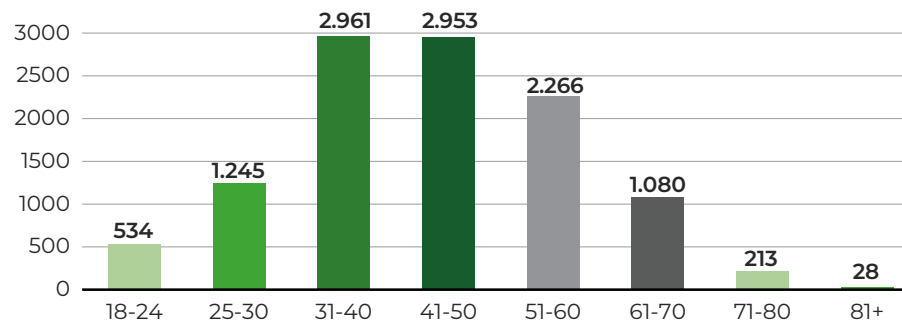


Quantidade de servidores por faixa etária

Servidores efetivos

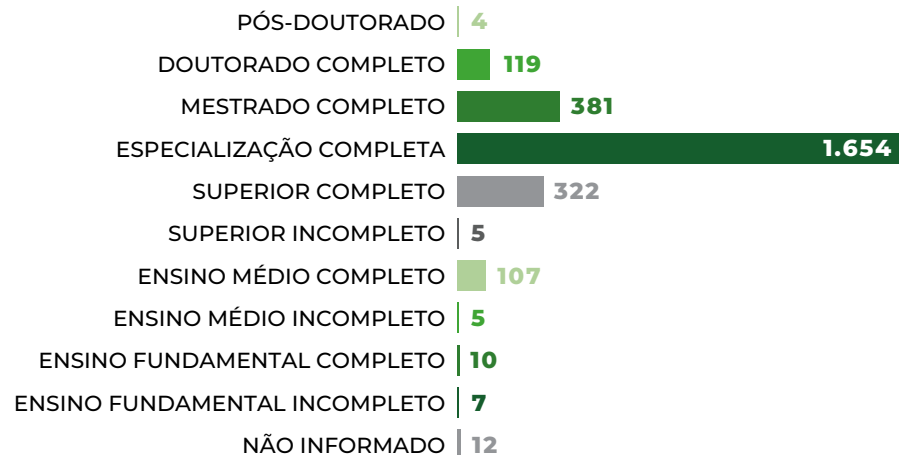


Servidores comissionados (CNE e SP)

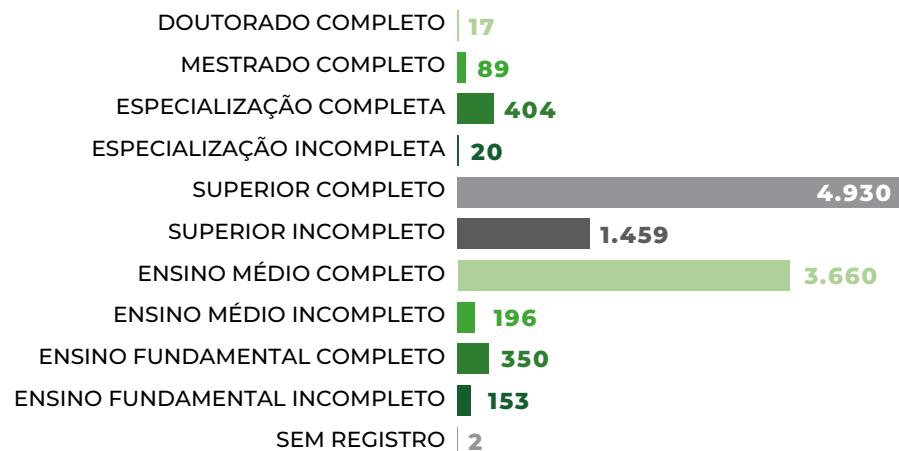


Quantidade de servidores por escolaridade

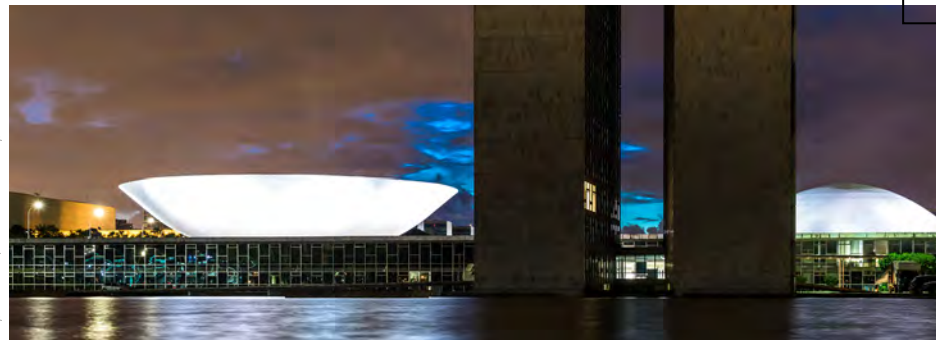
Servidores efetivos



Servidores comissionados (CNE e SP)



Filipe Fração/Câmara dos Deputados



5.2.2 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

A Câmara dos Deputados possui 584 servidores efetivos aptos a se aposentar nos próximos três anos e 1.014 cargos efetivos vagos, o que corresponde a 27,9% do total (3.640). Mais [informações acerca dos cargos vagos](#) podem ser obtidas no [portal da Câmara dos Deputados](#).

A Casa deu continuidade aos esforços de reorganização administrativa iniciada em 2021, a fim de ajustar a estrutura interna de cada unidade para o melhor aproveitamento dos servidores frente aos processos de trabalho.

5.2.3 AÇÕES REALIZADAS EM 2022

Em 2022, teve início efetivo o Programa de Resultados, criado pelo [Ato da Mesa n. 207/2021](#), com o objetivo de estabelecer um instrumento de gestão do desempenho das unidades administrativas e do trabalho, bem como da produtividade dos servidores.

Como estratégia para aprimoramento da gestão de pessoas e aumento na satisfação no trabalho foi realizada a 2ª Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação no Trabalho de que participaram servidores efetivos, CNEs, terceirizados e secretários parlamentares.

Foi, ademais, instituída a [Política de Desenvolvimento de Pessoas](#), com o objetivo de sistematizar o processo de identificação das necessidades de capacitação do corpo funcional da Casa e aprimorar o planejamento das ações educacionais orientadas ao desenvolvimento de competências essenciais ao cumprimento da sua missão institucional.

Ao longo do ano, foram realizadas aproximadamente oitenta ações educacionais voltadas à atividade de assessoria parlamentar, que abordaram principalmente temas sobre atuação legislativa e parlamento, orçamento e finanças e sistemas corporativos utilizados na Câmara dos Deputados. Houve um total de 742 participações nessas ações.

O curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do [Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados](#) alcançou o conceito 5 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), qualificação mais alta para programas *stricto sensu* que possuem apenas mestrados. A respectiva produção acadêmica pode ser acessada na [Biblioteca Digital da Câmara](#) e na revista eletrônica [E-Legis](#). Destaca-se também a realização do [Seminário de Educação Legislativa e a XII Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados](#), em comemoração aos 30 anos da institucionalização da educação legislativa no Brasil.

5.2.4 SAÚDE

A saúde de parlamentares, servidores e colaboradores foi preocupação constante da gestão de pessoas na Câmara dos Deputados em 2022. No contexto atual pós-pandêmico, destaca-se a fusão do Departamento Médico com a Secretaria Executiva do Pró-Saúde, que deu origem ao Departamento de Atenção à Saúde para englobar as ações de assistência, saúde laboral, perícias e saúde suplementar, bem como o desenvolvimento de programas com foco na saúde mental e cooperação ao retorno dos trabalhos presenciais.

5.2.5 PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Assim como boa parte da Administração Pública, a Câmara dos Deputados enfrenta o desafio de aprimorar a gestão de pessoas. Atualmente, mais de 25% dos cargos efetivos encontram-se vagos, número que pode chegar a 40% nos próximos três anos. Essa limitação transforma a reorganização do quadro de pessoal efetivo no principal desafio da área de gestão de pessoas. A Casa tem buscado a melhor adequação da força de trabalho e a garantia da continuidade das atividades necessárias ao cumprimento das respectivas funções.

Com a finalidade de intensificar ações voltadas para inclusão e diversidade, com foco em gênero e raça, a Câmara dos Deputados, além de empreender esforços próprios, continuará participando, juntamente com vários órgãos federais, da Rede de Equidade. Além disso, dará seguimento às ações necessárias para o cumprimento do [Ato da Mesa n. 239/2022](#), que prevê um quantitativo mínimo, nos contratos de prestação de serviços continuados da Casa, de postos de trabalho a serem preenchidos por mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar.

5.3 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Conformidade legal

Leis

-  n. 8.666/1993
-  n. 10.520/2002
-  n. 14.133/2021

Atos da Mesa

-  n. 80/2001
-  n. 206/2021

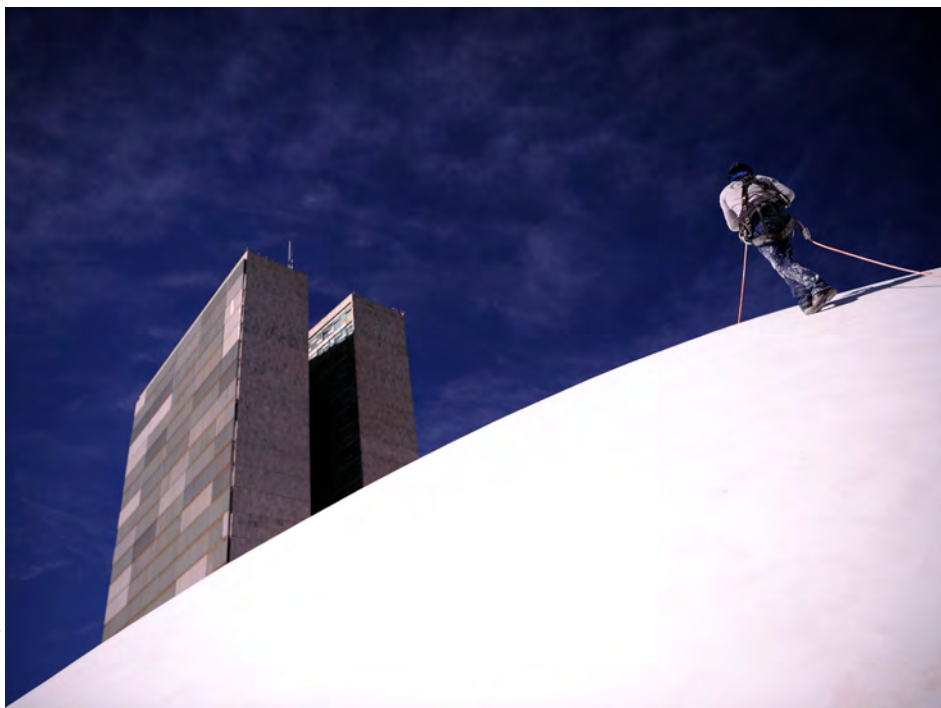
5.3.1 PANORAMA DAS AQUISIÇÕES REALIZADAS EM 2022

A figura a seguir apresenta as aquisições de bens e serviços realizadas durante 2022. A informação relaciona a quantidade de procedimentos e valores de acordo com cada tipo de modalidade de licitação ou aquisição direta realizadas.

Resumo das aquisições de bens e serviços por modalidade

Modalidade	Quantidade	Valor(R\$)
PREGÃO	125	237,8 milhões
DISPENSA POR VALOR	143	899 mil
DISPENSA COM FUNDAMENTO DIVERSO DOS INCISOS I E II DO ART. 24 DA LEI N. 8.666/1993, E DOS INCISOS I E II DO ART. 75 DA LEI N. 14.133/2021	1	20,7 milhões
INEXIGIBILIDADE	20	4,4 milhões
OUTROS	25	2,1 milhões

Fonte: elaboração própria com base em dados do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (Sigmas).



Pedro França/Câmara dos Deputados

As licitações e as aquisições diretas, além dos respectivos contratos e atas de registro de preços decorrentes, encontram-se à disposição da sociedade para [consulta](#) no Portal da Câmara dos Deputados. O usuário poderá utilizar filtros e ordenar as informações desejadas.

5.3.2 CONTRATOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

O portal da Câmara dos Deputados disponibiliza à sociedade uma área especial sobre os [contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra](#). Na página são listados os funcionários vinculados aos contratos vigentes. O interessado também tem acesso a informações e documentos referentes aos contratos vigentes e finalizados.

5.4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO



Conformidade legal

Ato da Mesa

n. 63/1997



Eduardo1304/Depositphotos

5.4.1 IMÓVEIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Há 463 imóveis da União sob responsabilidade da Casa. A figura a seguir apresenta um detalhamento desses imóveis.

No Portal de Transparência da Câmara dos Deputados é possível consultar a [relação dos ocupantes](#) dos imóveis funcionais destinados aos deputados federais e dos imóveis da reserva técnica.

Imóveis da União sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados

Classe	Tipo	Quantidade	Valor (R\$)
IMÓVEIS DA UNIÃO PARA USO ADMINISTRATIVO	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	6	634,8 milhões
	SALAS COMERCIAIS	7	1,1 milhão
	TERRENOS	2	91,8 milhões
	CASA (RESIDÊNCIA OFICIAL)	1	8,8 milhões
IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO PARA USO POR PARLAMENTARES	APARTAMENTOS	432	834 milhões
IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO – RESERVA TÉCNICA	APARTAMENTOS	13	19,6 milhões
IMÓVEIS DA UNIÃO EM USO PELA CÂMARA REGISTRADOS NA UNIDADE GESTORA SPU-DF	APARTAMENTOS	2	N/D ⁽¹⁾
	TOTAL DE IMÓVEIS	463	1,6 bilhão

(1) Valores não disponíveis.

Fonte: elaboração própria com base em dados do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

5.4.2 DESFAZIMENTO DE BENS

O desfazimento de bens da Câmara dos Deputados ocorre por meio de doação, leilão e transferência para órgãos da União pelo sistema doacoes.gov.br.

Em 2022, foram transferidos 1.660 mi-

crocomputadores, além de *mouses* e teclados, em benefício de seis órgãos da Administração Pública. Foram, ademais, [leiloados](#) 4.256 bens móveis considerados inservíveis, o que resultou em uma arrecadação líquida de R\$ 236 mil para a Casa.






Saulo Cruz/Câmara dos Deputados

5.5 GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E EDIFICAÇÕES





Conformidade legal


Atos da Mesa

-  n. 61/2005
-  n. 140/2014
-  n. 154/2021

Portarias

-  n. 69/2007
-  n. 53/2018

Resolução CD

-  n. 18/1971

5.5.1 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

O Palácio do Congresso Nacional, tombado como patrimônio cultural do Brasil desde 2007, foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e, historicamente, adaptou-se às demandas existentes. Em 2022, observadas as diretrizes de preservação do Complexo Arquitetônico e Urbanístico do [Ato da Mesa n. 154/2021](#), foram realizadas intervenções no Anexo III para que fossem recuperados instalações e espaços quanto aos aspectos de acessibilidade, segurança contra incêndio, qualidade do ar, acústica e mobiliário. O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados do biênio 2021-2022 previu a adaptação e reforma de 85 espaços de escritórios, dos quais 23 foram concluídos e entregues em 2022.



Acervo da Câmara dos Deputados

Preservação e conservação do patrimônio edificado



5.5.2 SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Em continuidade ao plano de adequação das instalações prediais às normas contra incêndio, foram construídas novas saídas de emergência no Anexo II, além da caixa de escada de emergência no Bloco de Lideranças Partidárias (BLP). Ademais, novo sistema de detecção, alarme e combate a incêndio já foi instalado no Edifício Principal do complexo arquitetônico da Câmara dos Deputados.

Segurança das pessoas e do patrimônio edificado



5.5.3 CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO

A [relação dos espaços cedidos](#) e de seus usuários está disponível no Portal da Transparência da Câmara dos Depu-

tados, e os valores arrecadados decorrentes dessa cessão constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe o inciso XV do art. 2º da [Resolução da Câmara dos Deputados n. 18/1971](#).

5.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal

Atos da Mesa

- n. 47/2012
- n. 215/2017

Ato do Presidente do CGE

- n. 7/2021

Portarias

- n. 88/2019
- n. 214/2020
- n. 261/2020
- n. 321/2020
- n. 268/2021

A gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) provê os serviços digitais da Câmara dos Deputados e envolve as ações voltadas à inovação digital, à governança e ao respectivo planejamento, à infraestrutura, ao atendimento aos usuários, aos projetos e ao desenvolvimento de soluções digitais.

5.6.1 MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

A governança de TIC corresponde a um conjunto de práticas que visam a estabelecer a estratégia de TIC, a fim de alcançar os resultados estratégicos definidos pela instituição.

O modelo de governança de TIC da Câmara dos Deputados é regido pelo [Ato do Presidente do CGE n. 7/2021](#). A figura ao lado ilustra a estrutura, os processos e os instrumentos da governança de TIC.

Governança de TIC



sdiscorsi/Depositphotos

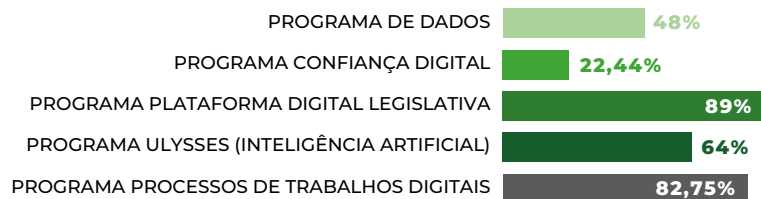
5.6.2 ESTRATÉGIA DIGITAL 2021-2024

A [Estratégia Digital 2021-2024](#), instituída pela [Portaria DG n. 268/2021](#), é instrumento de governança que trata da transformação digital da Câmara dos Deputados, alinhada com a [estratégia](#) institucional e em conformidade com

a Lei de Governo Digital (d-Gov) – [Lei n. 14.129/2021](#).

Os programas e projetos que compõem a Estratégia Digital atingiram o seguinte percentual de entregas concluídas em 2022.

Entregas concluídas por programa em 2022



georgejmeltrite/Depositphotos

5.6.3 INVESTIMENTOS E CUSTEIO

Os investimentos e o custeio em TIC visam à modernização da infraestrutura tecnológica, à terceirização na constru-

ção de soluções digitais e à continuidade dos serviços prestados.

Montante de recursos aplicados em TIC (R\$ em milhões)

Investimentos



Principais Investimentos em 2022

Atualização da Rede de Dados corporativa; modernização do sistema de armazenamento de dados; atualização de versão do sistema operacional Windows Server; aquisição de *notebooks*.

Custeio



Principais Serviços em 2022 (Custeio)

Prestação de serviços continuados referentes à Tecnologia da Informação, nas áreas de: desenvolvimento e manutenção de sistemas; suporte à infraestrutura e ao atendimento ao usuário; tratamento de dados; serviços de impressão.

Fonte: Sistema de Gestão Orçamentária da Câmara dos Deputados (Siorc).

5.6.4 PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS DE TIC

Assessoramento Legislativo Digital

Dá-se o nome “Assessoramento Legislativo Digital” ao conjunto de serviços digitais necessários ao assessoramento em todo o ciclo do processo legislativo. Em 2022, entraram em funcionamento novos serviços, tais como:

- Editor de emendas legislativas – desenvolvido em parceria com o Senado Federal, a solução permite ao parlamentar visualizar a medida provisória alterada e o documento a ser apresentado, gerado na linguagem legislativa.
- Quadro de emendas – extrato inteligente e digital das emendas apresentadas a uma Medida Provisória, o qual pode ser usado para análise pelas consultorias e pelas assessorias parlamentares.
- Requerimentos procedimentais – elaboração e apresentação digital de requerimentos, pelos gabinetes e pelas lideranças, destinados à solicitação de alteração no processo de deliberação das sessões plenárias e das reuniões de comissões. Após assinados pelos parlamentares, os documentos

são recebidos de forma automatizada pelas secretarias de comissões e pela Secretaria-Geral da Mesa.

- Roteiro do presidente – elaboração automática do roteiro do presidente para a sessão plenária e as reuniões de comissão.
- Transcrição de discursos – serviço de transcrição automática de discursos para texto, a ser utilizado nos plenários. Realizada contratação do serviço cuja implantação encontra-se em andamento.

Processo Legislativo Digital

Após a juntada dos documentos eletrônicos relativos a uma proposição legislativa, a aplicação, utilizada por diferentes áreas, permitiu, em um único ponto de acesso e, em conformidade com regras de negócio regimentais e constitucionais, o gerenciamento dos documentos digitais das proposições legislativas, a criação e o gerenciamento de minutas de documentos, a geração de despachos e a assinatura eletrônica dos despachos e de outros documentos vinculados.

Liderança Digital

A plataforma Liderança Digital provê serviços digitais integrados que facilitam a atuação dos líderes, dos vice-líderes, dos assessores de Plenário e das comissões nas várias fases do processo legislativo. Em 2022, foram entregues novas funcionalidades, como vetos, sessões/reuniões do Congresso Nacional, notificações automáticas, demandas internas/externas às lideranças e disponibilização de dados das lideranças, que

possibilitam o *download* das informações próprias e específicas da liderança referentes ao processo legislativo.

Infoleg App

O [aplicativo Infoleg](#) foi integrado com outras soluções do ecossistema digital do processo legislativo, e permitiu ações como gestão de assinaturas em despachos e em requerimentos procedimentais e ainda assinatura do parlamentar como coautor ou apoiador das proposições.



Gabinete Digital 2.0

Plataforma de serviços digitais que apoia a atuação parlamentar por meio de dispositivos móveis ou pelo computador. Foram entregues produtos voltados à gestão do gabinete e à posse parlamentar, tais como:

- Gestão de pessoal – viabiliza a indicação de secretários parlamentares dos deputados, mediante envio de dados e documentos, de forma digital e segura;
- Identificação de visitantes – permite ao deputado informar previamente dados de seus convidados, para fins de acesso às dependências da Casa;
- Atendimento via *chat* – permite ao gabinete do deputado solicitar informações e serviços, de forma ágil e digital, ao Departamento de Apoio Parlamentar (semelhante a um serviço de atendimento ao cliente, integrado aos demais serviços de apoio à atuação parlamentar);
- Cadastro parlamentar – permite ao deputado informar seus dados biográficos, legislativos e administrativos à Câmara dos Deputados, de forma digital e segura;
- Alocação de gabinetes – possibilita a manifestação de deputados eleitos,

de forma digital, sobre a intenção de ocupação dos gabinetes disponíveis.

Governança de Dados

Esse projeto entregou os seguintes resultados em 2022:

- Inventários de dados do processo legislativo, de parlamentares, de servidores efetivos e de terceirizados – possibilita a evolução da governança dos dados relacionados aos respectivos processos, com consequente aumento da qualidade dos dados em resultados de pesquisas e utilizados pelos diversos sistemas informacionais;
- Catálogo de dados – proporciona a visualização simplificada dos dados catalogados nos diversos inventários de dados da Câmara dos Deputados, cooperando para a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Dados Abertos

Além dos dados já publicados no [Portal de Dados Abertos](#), foram disponibilizados novos dados de licitações e servidores, bem como novas formas de obtenção de dados para uso em aplicativos e troca de informações entre sistemas.

Login Cidadão

A integração de serviços da Câmara dos Deputados com a autenticação do Governo Federal ([gov.br](#)) permitiu que vários serviços digitais fossem acessados por meio da nova versão do Login Cidadão, tais como: [Enquetes](#), [Boletins Eletrônicos](#), credenciamentos de profissionais da imprensa e de representantes de órgãos públicos, comentários de notícias, [Infoleg Orçamento](#), Gabinete Digital, [Parlamento Jovem](#), [Câmara Mirim](#) e Protocolo Digital.

Indicações de Beneficiários para Emendas de Relator-Geral RP9

A Câmara dos Deputados divulga em seu portal as [indicações de beneficiários das emendas orçamentárias de Relator-Geral RP9](#) (indicador de resul-

tado primário 9), em conformidade com o art. 71 da [Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022](#), o que possibilita a transparência dos dados.

Protocolo Digital

O protocolo digital é uma solução para envio de documentos digitais à Câmara dos Deputados, destinada ao público externo e ao cidadão.

eSocial na Câmara dos Deputados

Em 2022 foi implementada a solução digital para atender ao eSocial, o que possibilitou à Câmara enviar suas informações trabalhistas, fiscais e previdenciárias ao Governo, em conformidade com o [Decreto n. 8.373/2014](#) e normas complementares.





Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Painéis do Observatório Nacional da Mulher na Política

O Observatório Nacional da Mulher na Política monitora indicadores e centraliza estudos sobre a atuação política de mulheres em âmbito federal, estadual e municipal. Em 2022, foram entregues os [Painéis de Dados das Eleições](#), que possibilitam a consulta e a análise dos dados eleitorais e proporcionam uma visão geral da participação das mulheres em cargos eletivos desde 2010. Adicionalmente, possibilitam a construção de indicadores sobre a participação feminina na política, destacando-se parâmetros que podem ser utilizados pela sociedade acadêmica e civil e que impactam a compreensão da democracia.

Plataforma Digital de Trabalho Colaborativo

Em 2022 entraram em operação algumas ferramentas de trabalho colaborativo, como o *chat* para o Gabinete Digital, o Assessoramento Legislativo Digital, e o *chatbot* para marcação de consultas médicas na Casa.

Modernização tecnológica do Sistema Eletrônico de Votação

O Sistema Eletrônico de Votação do Plenário Ulysses Guimarães recebeu atualizações para os consoles do presidente e do secretário-geral da Mesa, os *videowalls* (monitores sobrepostos que formam os painéis) e o sistema de microfones.

5.6.5 PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Estratégia Digital

A arquitetura de serviços digitais idealizada pela Estratégia Digital requer integrações e possui algumas dependências. Apesar de já concluídas 64% das entregas, torna-se um desafio a implantação dos 36% ainda pendentes, para não se perder o valor agregado daquelas já realizadas.

Recursos humanos

Permanece o desafio da contratação de profissionais de TIC com qualificação e quantidades suficientes às necessidades da Casa.



Marcelo Marjan/Depositphotos



6

ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE

6.1 ACESSIBILIDADE



Conformidade legal

Leis

- n. 10.048/2000
- n. 10.098/2000
- n. 13.146/2015

Decreto

- n. 186/2008

Resolução CD

- n. 19/2016

Atos da Mesa

- n. 4/2011
- n. 151/2014
- n. 149/2017

A atuação da Câmara dos Deputados na área de acessibilidade em 2022 pode ser consultada em [Ações Executadas 2022](#). Os [principais resultados alcançados desde 2004](#), bem como muitas outras informações, podem ser consultadas na página da [Acessibilidade na Câmara](#).



Ações de acessibilidade realizadas em 2022



ACESSIBILIDADE FÍSICA

■ Instalação de um banheiro acessível no térreo do Anexo I, atualização da sinalização em acessibilidade e reformas de acessibilidade em gabinetes, banheiros e salas no Complexo Arquitetônico, demarcação de reserva de vagas especiais nos estacionamentos próximos ao Anexo II

■ Instalação de sistema de aro magnético e saídas de áudio para conexão de transmissores de FM e do *bluetooth* para pessoas com deficiência usuárias de aparelho auditivo e de implante coclear nos plenários 2, 15 e 16 das comissões; e instalação de monitor para transmissão de Libras para os surdos sinalizantes que estejam participando das audiências no Plenário 13 da comissão



ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

33 e-books publicados no formato acessível ePub com texto alternativo em todas as imagens

68 eventos virtuais ou semipresenciais não legislativos

387 e-mail marketing com conteúdo acessível

4.838 horas com legendas ocultas de transmissões pela TV Câmara e pelo YouTube

■ Materiais e publicações acessíveis no Plenarinho, portal infanto-juvenil da Câmara dos Deputados, na plataforma EaD e no portal da Escola da Câmara

2.726 horas de transmissão com janela de Libras em sessões plenárias, reuniões de comissões e outros eventos legislativos

182 horas de interpretação de Libras

1.555 horas de programação da TV Câmara com audiodescrição



SENSIBILIZAÇÃO E INTERAÇÃO EXTERNA

21 jovens com deficiência do Projeto Incluir da Unfpa/ONU participaram da Visitação Institucional no dia 21 de setembro de 2022

■ Renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre Câmara, Senado, TCU, STF, STJ, TST, TSE, STM e TJDF para desenvolvimento de ações em acessibilidade e inclusão social

37 servidores capacitados em Libras

■ Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Movimento Ostmizados do Brasil (MOBR) para desenvolvimento de projeto e instalação do primeiro banheiro acessível para pessoas ostmizadas no Distrito Federal

6 eventos internacionais e nacionais relacionados a acessibilidade e inclusão com participação de servidores como palestrantes


■ Elaboração do Guia de Eventos Presenciais com Acessibilidade junto com o Governo Aberto

36 Planos de Atendimento em Acessibilidade para os parlamentares e os colaboradores com deficiência, inclusive às suas respectivas equipes

6.1.1 SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

As ações realizadas pela Câmara dos Deputados no contexto da acessibilidade destinam-se ao público externo e às pessoas com deficiência que trabalham na Casa, identificadas e representadas na figura a seguir.

Total de pessoas com deficiência em atividade em 2022

Categorias funcionais da Câmara dos Deputados	Quantitativo reportado de pessoas com deficiência
Deputados	11
Servidores efetivos (54 dentro da cota)+(18 fora da cota)	72
Cargos de natureza especial (CNE)	3
Secretários parlamentares (SP)	5
Estagiários	6
Empregados terceirizados	55
 Total	152

6.1.2 PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Apresenta-se como desafio a ampliação do leque de acessibilidade comunicacional nos ambientes físico e virtual. Tais objetivos vêm sendo alcançados com a implementação e a modernização contínua de ferramentas, dispositivos e sistemas informatizados da Casa, que necessitam incorporar continuamente requisitos de acessibilidade para permitir o acesso e o uso por pessoas

com deficiência, em igualdade de condições com as demais pessoas.




Ênfase tem sido dada também na capacitação e na sensibilização do corpo funcional e nas ações de interação interna e externa, de modo que a acessibilidade seja não apenas incorporada transversalmente em todas as áreas, atividades e processos de trabalho da Câmara dos Deputados, mas também disseminada de maneira ampliada na Administração Pública.

6.2 SUSTENTABILIDADE



Conformidade legal


Atos da Mesa

-  n. 4/2011
-  n. 34/2015
-  n. 79/2019

Portarias

-  n. 336/2010
-  n. 227/2014
-  n. 251/2016
-  n. 53/2018
-  n. 1/2019
-  n. 164/2022

Agenda 2030 da ONU

-  Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

O ano de 2022 marcou o retorno da Câmara dos Deputados às atividades presenciais. Por isso, houve aumento do consumo de recursos – tais como papéis, copos, energia elétrica, água – na comparação com 2021 e 2020, nos quais o funcionamento foi atípico devido à pandemia de Covid-19. Se a comparação é feita com 2019, ano em que se verificou o último parâmetro de funcionamento normal da instituição, houve, em 2022, redução considerável no consumo dos recursos e, portanto, diminuição de gastos.

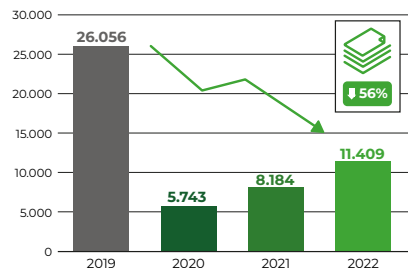
O [Relatório Anual de Desempenho de 2022](#) do Plano de Logística Sustentável (PLS) contém a apuração do desempenho da Casa com relação a seus objetivos de sustentabilidade. Os resultados do período sinalizam o compromisso da instituição com a gestão sustentável.

No âmbito dos eixos temáticos abordados no PLS, os resultados mais relevantes de 2022 foram os seguintes:

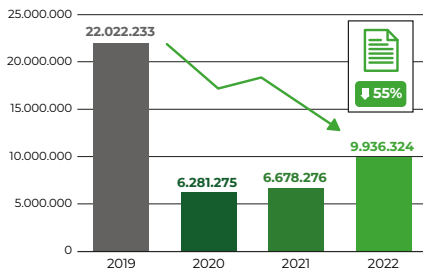


Varição no consumo de recursos pela Câmara dos Deputados (2019-2022)

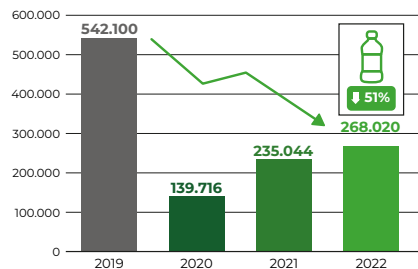
Papel A4 (resmas)



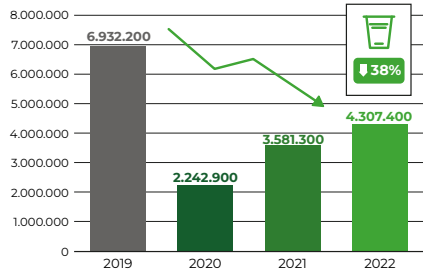
Impressões (páginas)



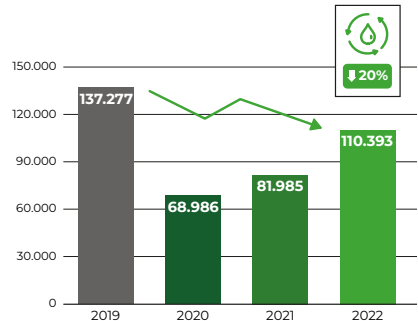
Garrafas água mineral (unid.)



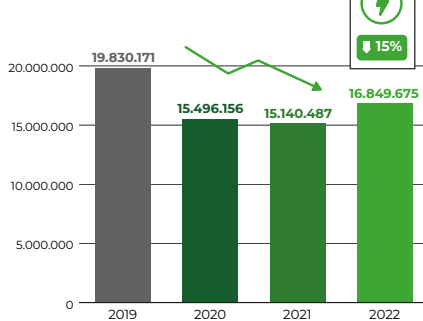
Copos descartáveis (unid.)



Água tratada (m³)



Energia elétrica (kwh)



Fonte: Relatório Anual de Desempenho de 2022.



Acervo da Câmara dos Deputados

A sustentabilidade tem se firmado como valor estruturante do processo de compras e contratações da Casa. Consideradas as modalidades Pregão Eletrônico, Concorrência, Tomada de Preços e Credenciamento, do total de 156 editais publicados, 136 (87%) continham critérios de sustentabilidade ambiental ou social.

6.2.1 REDUÇÃO NO CONSUMO

- **Energia elétrica:** A partir de junho de 2022, a usina de geração de energia elétrica fotovoltaica do prédio do Centro de Abastecimento de Materiais (Ceam-SIA) produziu mais de 98 mil quilowatts. Isso significou uma economia total de R\$ 51 mil.

Destaca-se ainda, como medida de economia, a substituição de 90% da iluminação fluorescente por LED em vários setores da Câmara dos Deputados.

- **Água tratada:** Graças a iniciativas como o uso de água bruta de poços semiartesianos para atividades de irrigação, paisagismo e resfriamento de ar-condicionado, a meta de 5% na redução no consumo de água tratada prevista para 2022 pôde ser superada. A Casa reduziu seu consumo em 20% na comparação com 2019.

6.2.2 REDE LEGISLATIVO SUSTENTÁVEL

A [Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo](#) se fortaleceu em 2022 com uma série de ações, como:

- Adesão de 19 Tribunais de Contas Estaduais e de 5 Tribunais de Contas dos Municípios;
- Realização de duas edições do Café com PLS, eventos virtuais promovidos, em parceria, pela Advocacia-Geral da União, pelo Superior Tribunal

de Justiça, pela Universidade de Brasília, pelo Banco Central do Brasil, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e pela Rede Legislativo Sustentável, com mais de 1.000 visualizações no YouTube;

- Realização do Mês da Sustentabilidade, com uma série de eventos virtuais transmitidos ao vivo pela internet, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com mais de 6.500 visualizações no YouTube;
- Realização de oficina de capacitação em PLS para 65 secretários regionais

e estaduais do Ministério Público em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União, entre os dias 12 e 15 de setembro.

6.2.3 PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Em matéria de sustentabilidade, o principal desafio que se coloca é fortalecer tal cultura nos processos de trabalho e no âmbito da gestão. É preciso consolidar o reconhecimento da sustentabilidade como princípio estruturante para ações, projetos e processos atinentes à gestão.

CONGRESSO NACIONAL

Fale conosco |

Buscar no portal

Menu | Medidas Provisórias | Vetos | Matérias Orçamentárias | Matérias Aguardando Sanção | Agendas | Visite

Congresso Nacional | Institucional | Rede Legislativo Sustentável

REDE LEGISLATIVO SUSTENTÁVEL

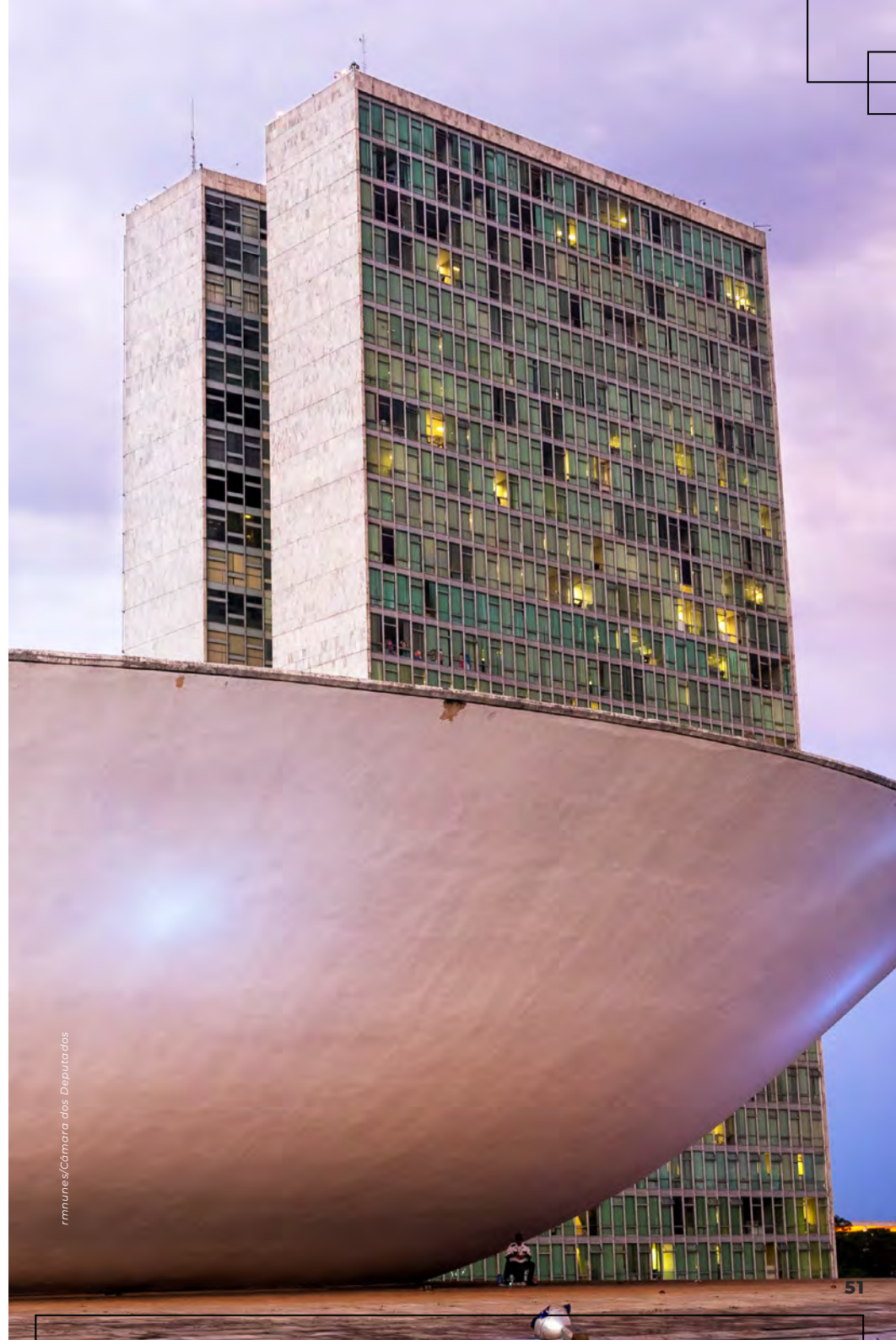
QUEM SOMOS
A Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo é constituída pelo Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Câmara dos Deputados e por demais órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil e destina-se à consecução de interesses comuns voltados à discussão e à proposição de questões e iniciativas relativas à gestão pública sustentável e eficiente no âmbito do Poder Legislativo.

Acesso Participantes

A3P
Senado Federal
26/05/2022
Senado recebe Seio Agenda Ambiental na Administração Pública

Câmara dos Deputados
30/01/2023
Redução no consumo de energia na Câmara dos Deputados

TCU





7

**PARTICIPAÇÃO,
INTERAÇÃO E
DIVULGAÇÃO
LEGISLATIVA**

7.1 COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

Em 2022, a retomada integral das atividades presenciais na Câmara dos Deputados permitiu o retorno de diversas ações de aproximação dos parlamentares com a população, como os eventos e o programa de visitação.

Ao mesmo tempo, a Câmara dos Deputados continuou investindo no aperfeiçoamento de ferramentas digitais para cumprir as [diretrizes estratégicas](#) de ampliar a transparência e a interação, além de fomentar a educação política

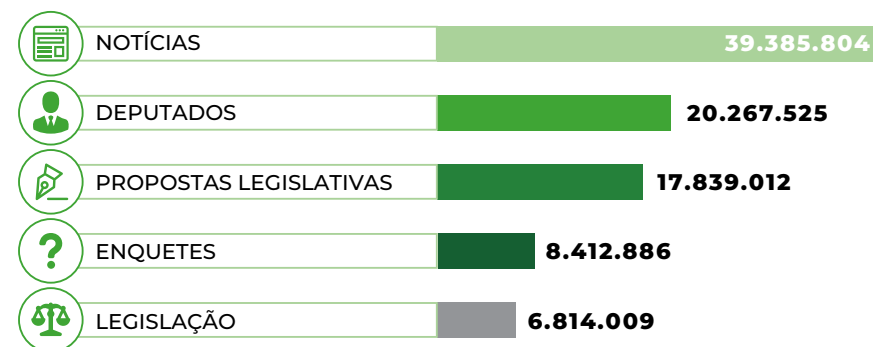
e a cidadania ativa. Aqui destacamos algumas ações.

O [portal da Câmara dos Deputados](#) é a principal referência sobre a instituição. Em 2022, o total de usuários ultrapassou os 44 milhões, 4% a mais que em 2021. Já o total de visualizações alcançou 134,7 milhões. As [páginas de notícias](#) continuam sendo o serviço mais demandado. Em 2022, receberam 30,7% do total de acessos e tiveram um número de visualizações 7,8% maior que em 2021.

Portal da Câmara dos Deputados



Portal na internet – serviços mais acessados em 2022



As transmissões das atividades legislativas pela [TV Câmara](#), feitas conjuntamente com o portal na internet e nas redes sociais, somaram 4.838 horas no ano, incluídas 754 horas de Plenário ao vivo.

O [canal da Câmara dos Deputados no YouTube](#) é a plataforma que transmite ao vivo e mantém disponíveis gra-

vações de todas as sessões do Plenário da Câmara dos Deputados e de todas as reuniões de comissões, além de outros eventos e de programas jornalísticos. No total, o canal armazena 37.236 vídeos, acessíveis diretamente na plataforma e por meio do portal da Câmara dos Deputados. Em 2022, foram postados 4.095 vídeos, dos quais 2.316 ao vivo.

Rádio e TV

Dado que a televisão aberta ainda é o [veículo de comunicação mais consumido no país](#), a Câmara dos Deputados aderiu ao [programa Digitaliza Brasil](#), incorporando à [Rede Legislativa de Rádio](#)

e [TV Digital](#) novas estações de retransmissão de televisão aberta e gratuita em 593 municípios, que somam 6 milhões de habitantes. Com isso, o número de estações de TV na Rede cresceu 956% em 2022.

Transmissão da Rede Legislativa



No mesmo sentido de ampliar o alcance dos conteúdos produzidos sobre a atividade legislativa, a [Rádio Câmara](#) ampliou em 12,8% o número de emissoras

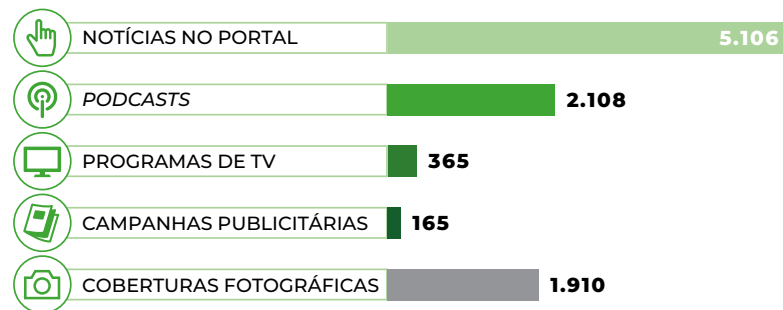
parceiras cadastradas para retransmitir reportagens e programas radiofônicos, chegando a 3.330 estações em todo o país.

Produção de conteúdo

Traduzir a atividade legislativa em conteúdos com linguagem acessível ao cidadão é um dos desafios da Casa para cumprir seus objetivos de transparência. São milhares de notícias, *podcasts*, fotos, vídeos e peças de divulgação produzidos com essa finalidade. O nú-

mero de publicações foi menor que em 2021, o que reflete a recorrente redução no ritmo do Legislativo durante o período de campanha eleitoral. A quantidade de notícias publicadas, por exemplo, caiu 35%, de 7.897 (2021) para 5.106 (2022).

Produção de conteúdo em 2022



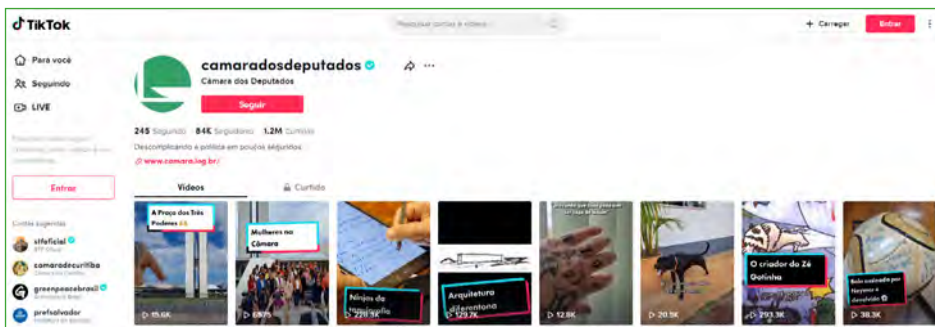
Redes sociais

A atuação da Câmara dos Deputados nas redes sociais é estratégica para alcançar públicos variados, que muitas vezes só se informam por meio desses canais. A veiculação de campanhas e a

transmissão das sessões plenárias ao vivo em todas as redes institucionais resultaram em aumento significativo de seguidores e ultrapassaram o total de 2,8 milhões de pessoas ao final de 2022.

Desempenho nas redes sociais

Redes Sociais		Seguidores		Crescimento	
Canal	Alcance	1/1/22	31/12/22	Absoluto	%
 Instagram	8.502.569	144.654	176.021	31.367	21,68
 YouTube	201.060.689	717.515	829.737	112.222	15,64
 Facebook	16.576.768	668.024	677.862	9.838	1,47
 Twitter	25.201.047	1.035.051	1.127.555	92.504	8,94
 TikTok	886.663	11.552	23.872	12.320	106,65



Em 2022, a Câmara dos Deputados editou um manual de boas práticas para orientar as publicações feitas em

canais específicos das diversas comissões e outros órgãos políticos e unidades administrativas.

Manual de boas práticas





Campanhas publicitárias

Em 2022, foram veiculadas 165 campanhas publicitárias, que incluíram comunicação interna e nas redes sociais, programas de TV, rádio e outros formatos. As campanhas foram destinadas a divulgar os resultados da atividade legislativa e os serviços prestados pela Câmara dos Deputados.

Campanha publicitária: Violência política contra a mulher

Violência política contra a mulher. A maior vítima é a democracia.

Não sejamos voto vencido. Essa prática precisa ter fim.

Denuncie. Ligue 180 ou acesse bit.ly/ouvidoriamulher

Violência política contra a mulher. A maior vítima é a democracia.

Não sejamos voto vencido. Essa prática precisa ter fim.

Denuncie. Ligue 180 ou acesse bit.ly/ouvidoriamulher

Violência política contra a mulher. A maior vítima é a democracia.

Não sejamos voto vencido. Essa prática precisa ter fim.

Denuncie. Ligue 180 ou acesse bit.ly/ouvidoriamulher

Violência política contra a mulher. A maior vítima é a democracia.

Não sejamos voto vencido. Essa prática precisa ter fim.

Denuncie. Ligue 180 ou acesse bit.ly/ouvidoriamulher

Arte e eventos

Exposição: 200 anos da Independência do Brasil

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A Câmara dos Deputados preparou uma programação especial para celebrar os 200 anos da Independência do Brasil.

Para saber mais, acesse bit.ly/Brasil200Anos e participe.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Depois da interrupção provocada pela pandemia, o ano 2022 marcou o retorno das ações presenciais no Congresso Nacional. Foram realizadas 33 exposições artísticas, institucionais e históricas, com destaque para a comemoração do [Bicentenário da Independência do Brasil](#). A data ainda foi tema de [seminário e recital](#), parte dos 322 eventos

realizados no ano. Um dos momentos marcantes foi a sessão solene que concedeu o título de cidadão honorário do Brasil ao piloto britânico de Fórmula 1, Lewis Hamilton. O programa de visita institucional também foi retomado, com 64 mil participantes nas visitas guiadas ao edifício do Congresso Nacional.

Homenagem ao piloto de Fórmula 1, Lewis Hamilton



Participação popular

Além das redes sociais, a Câmara dos Deputados mantém outros meios de comunicação com o cidadão, como as [enquetes](#) sobre proposições legislativas e os comentários nas notícias publicadas no portal.

A análise das enquetes a respeito de proposições legislativas (20.188 ativas em 2022) mostra aquelas com maior participação, por meio de votos e comentários (91.464 em 2022).

Enquetes mais visualizadas em 2022

Proposição	Ementa	Visualizações	%
PEC 32/2020	Muda regras para futuros servidores e altera organização da administração pública.	2.075.946	24,71
PL 1.559/2021	Dispõe sobre o piso salarial do profissional farmacêutico.	621.953	7,4
PL 2.858/2022	Concede anistia a todos os que tenham participado de manifestações em qualquer lugar do território nacional.	590.761	7,03
PL 3.081/2022	Desregulamenta profissões e atividades que não ofereçam risco à segurança, à saúde, à ordem pública, à incolumidade individual e patrimonial.	531.263	6,32
PL 718/2022	Estabelece a cobrança de imposto de importação para qualquer produto ou mercadoria importada adquirido através de plataforma digital ou qualquer meio eletrônico e dá outras providências.	443.025	5,27

Ao longo de 2022, manteve-se a estratégia de ampliar as ações de *marketing* ativo, definida em 2021 para estabelecer contato com públicos específicos interessados nos temas em discussão no Parlamento. Essas ações chegaram a 111 (+35%), com 11.090 ligações telefônicas (+342%).

Já a Assessoria de Imprensa atendeu 1.589 demandas de jornalistas (-35%). Os números são menores que em 2021 e refletem, mais uma vez, o ritmo da atividade legislativa em ano eleitoral.

7.2 EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

O ano 2022 marcou a retomada dos programas de educação para democracia na modalidade presencial. Foram realizadas duas edições do [Estágio Visita](#), com participação de 160 estudantes universitários, e uma edição do [Projeto](#)

[Politeia](#), com 187 estudantes. Também foram realizados os programas infanto-juvenis [Câmara Mirim](#), com 117 estudantes e 15 educadores, e [Eleitor Mirim](#), com mil participações na modalidade *on-line*.

Estudantes participam do programa Câmara Mirim 2022



Universitários participam do Estágio-Visita 2022



Arquivo da Câmara dos Deputados

O [Portal EVC – Onde Educação Vira Cidadania](#) produziu e disponibilizou um conjunto inédito de materiais educativos sobre eleições – [Eleições: e você com isso?](#) – e ultrapassou a marca de 44 mil usuários em 2022, com 94.907 visualizações, o que confirma o interesse do público por conteúdos de educação para a democracia.

No canal [Escola da Câmara no Youtube](#),

Canal Escola da Câmara no Youtube



Alunos da Universidade de Brasília participam do projeto Politeia 2022



e/lseupaesph/Câmara dos Deputados

é possível encontrar palestras, debates, aulas e seminários, organizados pela Câmara dos Deputados, em coleções que facilitam a busca e a experiência do usuário. O vídeo mais acessado – [O que é cidadania?](#) – conta com um total de 858 mil visualizações. Em 2022, destacou-se o vídeo [Como escolher meu deputado federal?](#), com 9,5 mil visualizações.



O [Portal Plenarinho](#) recebeu muitos conteúdos novos – vídeos, *podcasts*, jogos, planos de aula, programas em áudio sobre temas diversos, entre outros. Em 2022, o Plenarinho alcançou a marca de 669.714 usuários e 1.308.986

visualizações, um crescimento de mais de 18% em relação ao alcançado em 2021. O vídeo mais acessado em 2022 foi [O que é eleição?](#), que teve 116.021 visualizações. É possível acompanhar a retrospectiva das atividades do ano em [Plena Retrô](#).

Vídeo do portal Plenarinho



A fim de contribuir com a formação de agentes legislativos locais, foram realizadas duas edições *on-line* do Ciclo de Palestras do Legislativo, com os seguintes temas: Orçamento público e política fiscal no Brasil; Governança pública - desafios e oportunidades para o

Poder Legislativo municipal. A iniciativa foi realizada em parceria com o Senado Federal e alcançou um público de 719 participantes, composto de parlamentares e servidores de Casas Legislativas estaduais e municipais.

7.3 TRANSPARÊNCIA E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

7.3.1 GESTÃO DO RELACIONAMENTO

A Câmara dos Deputados publicou o [Relatório Anual da Lei de Acesso à Informação – LAI 2021](#), em que constam dados dos atendimentos às demandas de informação da sociedade, tais como quantitativo, assuntos mais solicitados, tempo de atendimento, resultados de pesquisa de satisfação, dentre outros.

Também divulgou a nova [Carta de Serviços](#), com o objetivo de dar publicidade e facilitar o acesso aos serviços disponíveis na Casa.

Foi realizada a 2ª Maratona de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos, em parceria com a Rede Nacional de Ouvidorias – ReNOuv –, com o objetivo de divulgar a [Lei n. 13.460/2017](#), para que os usuários conheçam seus direitos de manifestação perante os órgãos públicos. A Ouvidoria Parlamentar da Câmara dos Deputados fez parte da Comissão Organizadora da Maratona e realizou a campanha em dois

momentos: o primeiro voltado para a participação das ouvidorias públicas na maratona; e o segundo referente à comemoração dos cinco anos da promulgação da Lei, com destaque para a divulgação da nova Carta de Serviços da Câmara dos Deputados, tema dessa edição.



A Câmara dos Deputados promoveu ainda a divulgação das normas-modelo para criação e regulamentação de ouvidorias públicas. Essa iniciativa, realizada em parceria com a ReNOuv, tem o objetivo de estimular a implementação de ouvidorias nos órgãos públicos, principalmente nas entidades municipais. Foi criado um ambiente específico no portal da ReNOuv com todas as normas-modelo já editadas pela rede. Alguns desses documentos foram resultado do grupo de trabalho de articulação legislativa da ReNOuv, coordenada pela Ouvidoria Parlamentar da Casa.

Em 2022, a Câmara dos Deputados realizou 54.447 atendimentos à sociedade, por meio dos canais Fale Conosco

(faleconosco.camara.leg.br), Serviço Disque Câmara: 08000619619¹ e balcões de atendimento presencial. Na figura 68,

seguem as tipologias das demandas, com os respectivos quantitativos.

Atendimento aos cidadãos em 2022

 Tipo de Demanda	 Quantidade
Solicitação de Informação	32.258
Manifestação	4.573
Solicitação de Serviços e Produtos	3.262
Sugestão Legislativa	2.240
Reclamação	319
Denúncia	591
Elogio	44
Sugestão Administrativa	83
Subtotal	43.370
Fora do Escopo	11.077
Total de Demandas Atendidas	54.447

Sobre as demandas atendidas, houve acréscimo de 13% nas solicitações de informação em relação a 2021, o que elevou esse tipo de demanda a 59% do total de atendimentos realizados em 2022 pelos canais anteriormente elencados. Em contrapartida, houve decréscimo de 47,5% no número de ma-

nifestações registradas, em virtude da migração automática desse tipo de demanda para a área de [Enquetes](#), em curso desde 2020, numa iniciativa favorável ao registro do posicionamento da sociedade em relação às matérias em andamento na Casa, de forma mais transparente e acessível aos cidadãos. O tipo de demanda “Sugestão Legisla-



Saulo Cruz/Câmara dos Deputados

tiva” foi descontinuado nos canais Fale Conosco e 0800 em outubro de 2022. A partir dessa data, os cidadãos vêm sendo convidados a registrar seus posicionamentos quanto a proposições legislativas em andamento na Casa na área de Enquetes do portal, bem como a encaminhar sugestões legislativas diretamente ao deputado federal de seu interesse, visto que a prerrogativa de apresentar proposições legislativas é dos parlamentares. Já o número de denúncias em 2022 apresentou acréscimo de 12% em comparação a 2021,

o que corresponde à consolidação de denúncias registradas pelo Fale Conosco e por outros canais institucionais, com o objetivo de se obter um panorama institucional das denúncias atendidas pela Casa.

Perfil dos demandantes

O monitoramento constante dos demandantes é um instrumento importante para avaliar o alcance dos canais, suas necessidades de aprimoramento e diversificação.

Perfil dos cidadãos atendidos em 2022



¹ Dados extraídos do sistema Prisma em 2 de janeiro de 2023.

Pesquisa de satisfação

As respostas à pesquisa de satisfação às demandas atendidas em 2022 resultaram em 90% dos demandantes muito satisfeitos (nota 5) e satisfeitos (nota 4) e 6% muito insatisfeitos (nota 1) e insatisfeitos (nota 2). Todas as deman-

das que não correspondam à satisfação dos demandantes são revisadas, para se detectar se há oportunidade de aprimoramento no atendimento ou se a insatisfação corresponde à frustração pelo conteúdo obtido.

Serviços públicos digitais



mais de
5,4
milhões
de usuários
cadastrados no
Login Cidadão



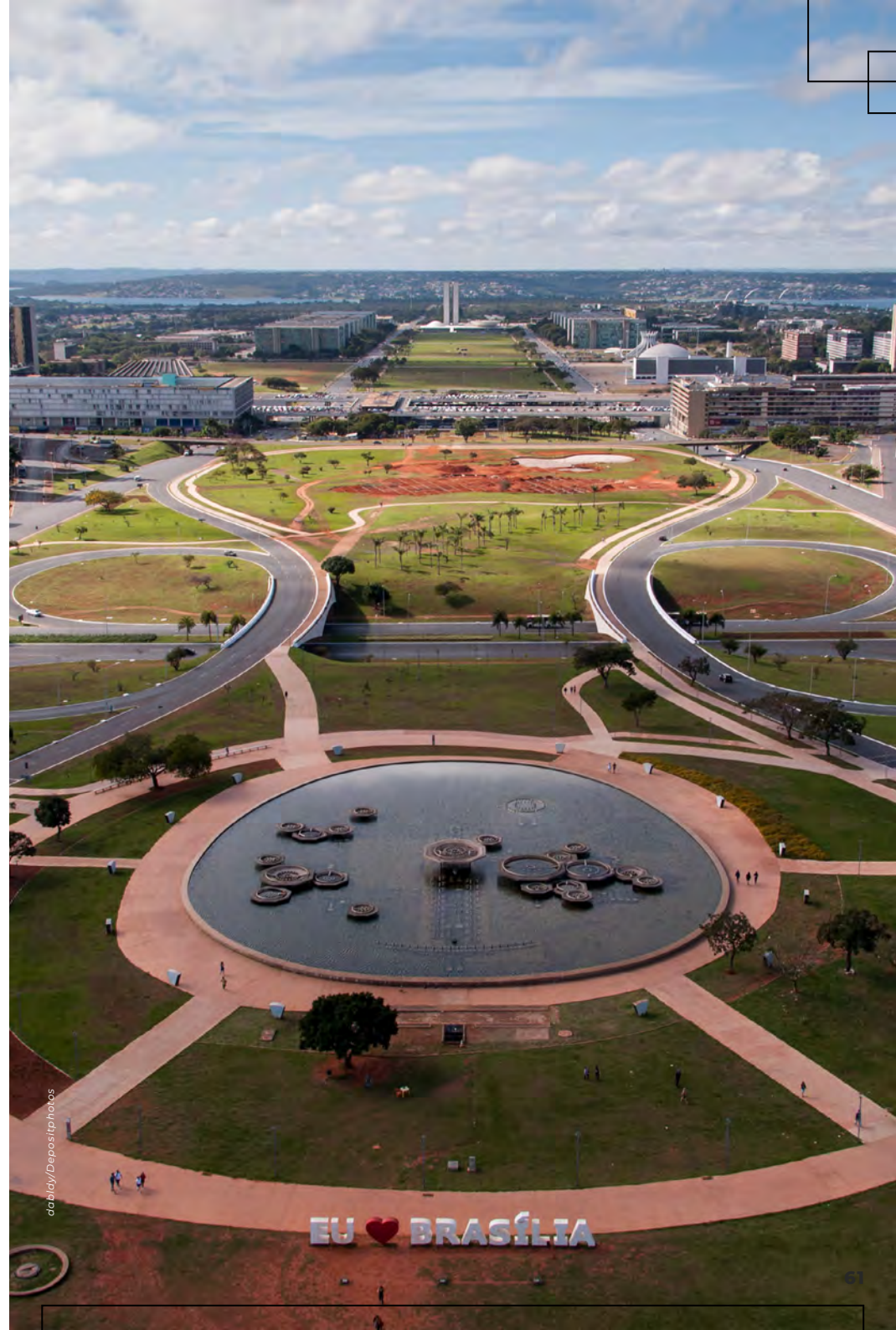
mais de
1
bilhão
de acessos aos
dados abertos



mais de
137
milhões
de acessos aos
serviços digitais
públicos



17
gigabytes
de dados abertos
disponíveis

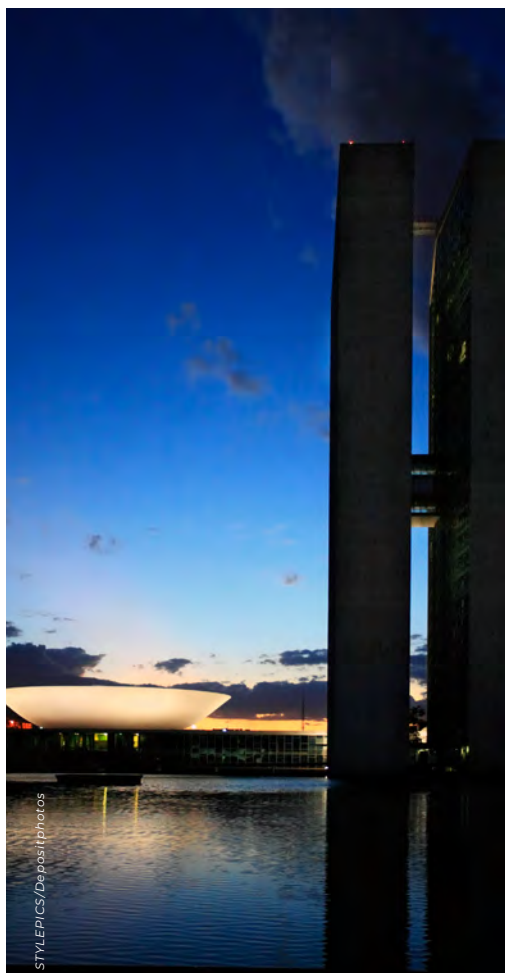




8

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

8.1 PRINCIPAIS DADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Conformidade legal

Leis

n. 4.320/1964

n. 10.180/2001

Lei Complementar

n. 101/2000

Decreto-Lei

n. 200/1967

Resolução CD

n. 20/1971

8.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público.

Balanço patrimonial

ATIVO Bens e Direitos R\$ 4,41 bilhões	PASSIVO Obrigações R\$ 1,23 bilhão
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Ativo menos passivo R\$ 3,18 bilhões

ATIVO R\$ 4,41 bilhões

2,60 bilhões	Ativo circulante
2,58 bilhões	Caixa e equivalentes de caixa
10,59 milhões	Créditos a curto prazo
8,29 milhões	Estoques
2,17 milhões	VPDs pagas antecipadamente

1,81 bilhão	Ativo não circulante
7,12 milhões	Ativo realizável a longo prazo
1,79 bilhão	Imobilizado
12,05 milhões	Intangível

PASSIVO R\$ 1,23 bilhão

128,42 milhões	Passivo circulante
58,27 milhões	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo
3,24 milhões	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo
56,66 milhões	Provisões a curto prazo
10,25 milhões	Demais obrigações

1,10 bilhão	Passivo não circulante
1,10 bilhão	Provisões a longo prazo

Ativo circulante



Caixa e equivalentes de caixa

R\$ 2,58 bilhões



Recursos da Conta Única Aplicados

Recursos aplicados decorrentes de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

31/12/2022	31/12/2021
R\$ 943,1 milhões	R\$ 861,2 milhões



Variação positiva de **9,52%** que decorre, principalmente, dos rendimentos auferidos com essa aplicação.



Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

31/12/2022	31/12/2021
R\$ 1,64 bilhão	R\$ 1,03 bilhão



Banco Conta Movimento – CEF

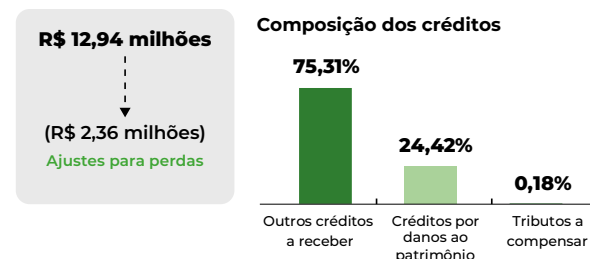
31/12/2022	31/12/2021
R\$ 544 mil	R\$ 453 mil



Créditos a curto prazo

R\$ 10,59 milhões

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo



Principais valores a receber

R\$ 3,51 milhões

de bancos públicos federais em virtude da cessão de direitos de operacionalização da folha de pagamento

R\$ 2,66 milhões

de créditos por danos ao patrimônio – folha de pagamento

R\$ 2,63 milhões

de remuneração da Conta Única a receber

R\$ 2,46 milhões

de infrações legais e contratuais

Para mais informações acesse:



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis



Estoques

R\$ 8,29 milhões



VPDs pagas antecipadamente

R\$ 2,17 milhões

Ativo não circulante

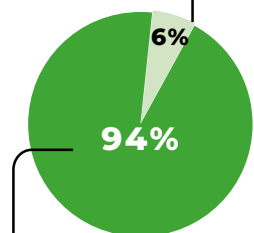
ATIVO NÃO CIRCULANTE = R\$ 1,81 BILHÃO



Ativo realizável a longo prazo

R\$ 7,12 milhões

Créditos a longo prazo



Financiamentos concedidos a receber
R\$ 728 mil

Convênio celebrado com a extinta Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS), cujo sucessor é o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal.

Créditos por danos ao patrimônio

Ajustes para perdas
(R\$ 4,35 milhões)

**R\$ 10,74 milhões**

82,40% do total a receber decorrem de pagamentos indevidos



Intangível

O valor total é formado por licenças de *softwares*.

R\$ 12,05 milhões



Imobilizado

R\$ 1,79 bilhão

Bens imóveis
R\$ 1,60 bilhão

Apartamentos



R\$ 863 milhões

Edifícios



R\$ 635 milhões

Terrenos



R\$ 92 milhões

Salas



R\$ 1 milhão

Depreciação acumulada (R\$)

Saldo em 31/12/2021	11,14 milhões
Encargo de depreciação	1,62 milhão
Reversão da depreciação acumulada – exercícios anteriores	(9,78 milhões)
Saldo em 31/12/2022	2,98 milhões

Para mais informações acesse:



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Bens móveis
R\$ 264 milhões

Equipamentos TI



R\$ 87 milhões

Equipamentos audiovisuais



R\$ 55 milhões

Obras de arte



R\$ 49 milhões

Mobiliário



R\$ 29 milhões

Outros

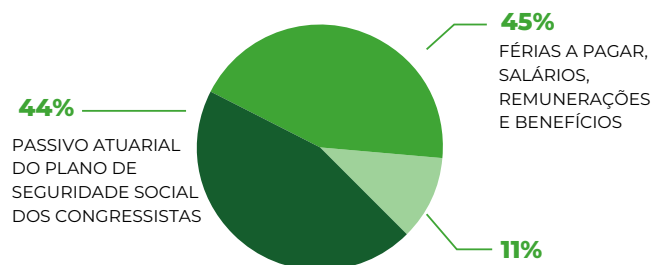


R\$ 45 milhões

Depreciação acumulada (R\$)

Saldo em 31/12/2021	131,8 milhões
Encargos de depreciação	18,76 milhões
Reversão da depreciação acumulada	(83,63 milhões)
Baixa da reserva de reavaliação	1,58 milhão
Saldo em 31/12/2022	68,5 milhões

Passivo

PASSIVO = R\$ 1,23 BILHÃO**Passivo circulante****R\$ 128,4 milhões****R\$ 13,49 milhões**

Consignações	R\$ 6,87 milhões
Fornecedores e contas a pagar	R\$ 3,24 milhões
Outras obrigações	R\$ 3,38 milhões

**Passivo não circulante****R\$ 1,1 bilhão**

Refere-se ao passivo atuarial do Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC), instituído por meio da Lei n. 9.506, de 30 de outubro de 1997.

8.1.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O balanço orçamentário é o demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com os de receitas realizadas, e os de despesas fixadas com os de despesas executadas.

Balanço orçamentário

RECEITA			
Especificação	Prevista atualizada (a)	Realizada (b)	Saldo (c) = (b) – (a)
Receitas Correntes	64,24 milhões	104,16 milhões	39,92 milhões
Receitas de Capital	451,94 mil	316,94 mil	(135 mil)
Soma	64,69 milhões	104,48 milhões	39,79 milhões
DESPESA			
Especificação	Dotação atualizada (a)	Empenhada (b)	Saldo da dotação (c) = (a) – (b)
Despesas Correntes	6,78 bilhões	5,92 bilhões	861,95 milhões
Despesas de Capital	186,80 milhões	65,95 milhões	120,85 milhões
Soma	6,97 bilhões	5,98 bilhões	982,80 milhões

Para mais informações acesse:



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanco orçamentário: receita realizada

RECEITA REALIZADA

R\$ 104,48 milhões

RECEITAS CORRENTES

99,7%

R\$ 99,25 milhões

RECEITA PATRIMONIAL

R\$ 91,25 milhões

Juros sobre recursos aplicados na conta única do Tesouro Nacional

R\$ 4,72 milhões

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

R\$ 4 milhões

Indenizações, restituições e ressarcimentos

R\$ 191,9 mil

RECEITAS DE SERVIÇOS

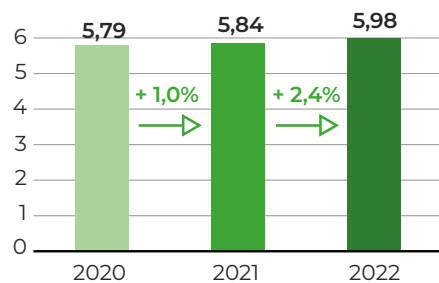
RECEITAS DE CAPITAL

0,3%

R\$ 316,9 mil

ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Balanco orçamentário: despesa empenhada (R\$ em bilhões)



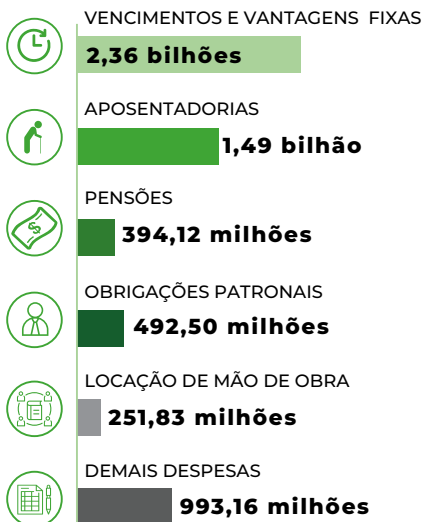
R\$ 5,98 bilhões

Pessoal e Encargos Sociais **80,9%**

Outras Despesas Correntes **18,0%**

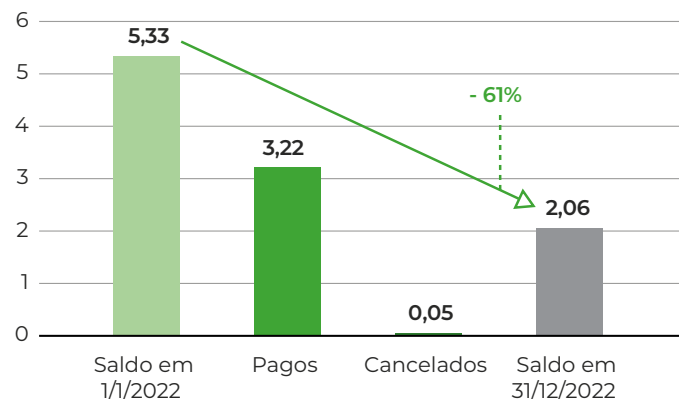
Investimentos **1,1%**

Balanco orçamentário: detalhamento da despesa (em R\$)

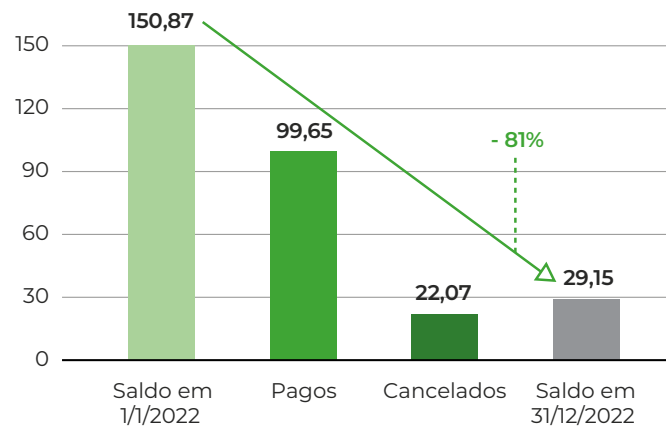


Execução de restos a pagar (R\$ em milhões)

Processados



Não processados



Para mais informações acesse:



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

8.1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das variações patrimoniais é o demonstrativo que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Variações patrimoniais

Aumentativas (R\$)		Diminutivas (R\$)	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	35,97 milhões	Pessoal e Encargos	3,14 bilhões
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	92,42 milhões	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1,91 bilhão
Transferências e Delegações Recebidas	6,50 bilhões	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	647,09 milhões
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	4,16 milhões	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	73 mil
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	10,03 milhões	Transferências e Delegações Concedidas	100,07 milhões
		Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10,39 milhões
		Tributárias	716 mil
		Custo – Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	128 mil
		Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1,32 bilhão
TOTAL (I)	6,65 bilhões	TOTAL (II)	7,13 bilhões

Resultado Patrimonial do Período (I-II)

DÉFICIT (R\$ 477 milhões)

Principais variações patrimoniais aumentativas


R\$ 6,49 BILHÕES
 Cota financeira recebida do Tesouro Nacional


R\$ 91,58 MILHÕES
 Rendimentos com aplicação financeira


R\$ 30,69 MILHÕES
 Cessão do direito de operacionalizar os recursos da folha de pagamento

Principais variações patrimoniais diminutivas

Pessoal e encargos


R\$ 2,41 BILHÕES
 Remuneração a pessoal

Benefícios previdenciários e assistenciais


R\$ 1,49 BILHÃO
 Aposentadorias


Outras


R\$ 1,16 BILHÃO
 Reconhecimento do passivo atuarial do Plano de Seguridade Social dos Congressistas

R\$ 490,5 MILHÕES
 Encargos patronais

R\$ 394,8 MILHÕES
 Pensões

Para mais informações acesse:

 Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

8.1.4 BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro é o demonstrativo que evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Balanço financeiro (em R\$)

Especificação	Ingressos	Dispêndios
Orçamentários	104,48 milhões	5,98 bilhões
Transferências financeiras	6,49 bilhões	81,02 milhões
Extraorçamentários	272,99 milhões	108,71 milhões
Total	6,87 bilhões	6,17 bilhões
Resultado financeiro		693 milhões
Saldo do exercício anterior		1,89 bilhão
Saldo para o exercício seguinte		2,58 bilhões



Luiz Alves/Câmara dos Deputados

8.1.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) apresenta as entradas e as saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Demonstração dos fluxos de caixa (em R\$)

Especificação	Ingressos	Desembolsos	Fluxo líquido
Fluxo das atividades operacionais	6,63 bilhões	5,90 bilhões	722,38 milhões
Fluxo das atividades de investimentos	316,9 mil	29,37 milhões	(29,06 milhões)
Fluxo das atividades de financiamentos	-	-	-
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa			693 milhões
Caixa e equivalentes de caixa inicial			1,89 bilhão
Caixa e equivalentes de caixa final			2,58 bilhões

Relatório contábil do encerramento do exercício de 2022

O [relatório contábil](#) que contém a declaração do contador, as demonstrações contábeis e notas explicativas está disponível para ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados.



rmurphy/Depositphotos

9

ANEXOS E APÊNDICES

□ 9.1 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do dever de prestar contas, conforme o art. 70 da Constituição Federal, apresenta o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2022, que contém a síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir as competências constitucionais e legais, bem como evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos. A preparação e a elaboração deste documento foram apoiadas nas diretrizes e nos elementos do Relato Integrado, com vistas a apresentar um pa-

norama sobre a atuação da Casa para alcançar objetivos de curto, médio e longo prazos, em especial quanto à gestão de recursos orçamentários, humanos, tecnológicos, entre outros, sob o ponto de vista da eficiência e da conformidade. Assim, o CGE, formado pelos titulares das unidades administrativas representantes da governança desta Casa, declara que o Relatório de Gestão do exercício de 2022 está alinhado ao novo modelo de prestação de contas e que suas informações são íntegras.

Celso de Barros Correia Neto

Diretor-Geral

Lucíola Calderari da Silveira e Palos

Diretora-Geral Adjunta

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

Diretor-Executivo de Comunicação e Mídias Digitais

Mauro Limeira Mena Barreto

Diretor Administrativo

Sebastião Neiva Filho

Diretor de Inovação e Tecnologia da Informação

Ruthier de Sousa Silva

Secretário-Geral da Mesa

Virgínia Queiroz Alves

Secretária-Geral da Mesa Adjunta de Planejamento da Atividade Legislativa

Milton Pereira da Silva Filho

Diretor de Recursos Humanos

Luciana da Silva Teixeira

Diretora Legislativa

Lucas Ribeiro Almeida Júnior

Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão



diego gramdi/Depositphotos



edições câmara
INSTITUCIONAL

